



MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL DO PARÁ 2026

FAPESPA
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS



**GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Hana Ghassan Tuma
Governadora do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Alana Maria Ferreira Borges
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Diocélia do Socorro Pereira Nery da Costa
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

EXPEDIENTE

Publicação oficial:

© 2026 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Presidente Vargas, 670.
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Alana Maria Ferreira Borges

Coordenadora de Estudos Sociais
Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges
Anderson Fabrício Pereira de Araújo
Gabriel Carvalho Fernandes
Gilson Pereira Prata
Nara Isa da Silva Lages
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Sâmia Mota da Silva
Silvia Caroline Salgado Pena

ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA

Rudilea Ramos Cavalcante da Silva

CAPA

Assessoria de Comunicação (ASCOM)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ÓRGÃOS COLABORADORES

Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) disponibiliza a edição 2025 do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 6.836/2006, alterada pela Lei nº 8.327/2015, que o estabeleceu como um diagnóstico anual e regionalizado a ser encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como uma análise da realidade social e da situação de exclusão social no estado do Pará.

O Mapa da Exclusão Social apresenta análises das temáticas: expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento, habitação e segurança. Elas foram definidas em consonância com o conjunto de indicadores preconizados na lei que o institui. Todo esse encadeamento de dados procura fornecer à governança de estado uma visão das realidades vividas pela maior parte da população e, assim, possibilitar o estabelecimento de prioridades de políticas públicas a fim de alterar o que, no conceito, chama-se de exclusão social.

Cabe mencionar ainda que, para atender a todos os eixos determinados por lei na elaboração do Mapa da Exclusão Social do Pará, a

FAPESPA, responsável pela elaboração deste documento, contou com a colaboração direta e indireta das Secretarias de Planejamento e Administração, Saúde, Administração Penitenciária e Segurança Pública, assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará.

Por fim, tal ferramenta configura-se como uma bússola poderosa que pode conduzir a sociedade paraense a um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico com justiça social, de maneira que qualquer tipo de ação governamental que precede de um diagnóstico tenha a finalidade de atacar os problemas em suas raízes, e não somente seus efeitos perversos.

Este documento, em linhas gerais, tem o objetivo de evidenciar os elementos que conduzem uma sociedade em seus aspectos favoráveis e/ou contraproducentes em um determinado período, por uma determinada causa (como foi o caso da pandemia de COVID-19), considerando que as estatísticas oficiais permitem um olhar estratégico do governo, com ações conjuntas de seus órgãos constituintes, visando às tão sonhadas inclusão e justiça sociais.

Alana Maria Ferreira Borges

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expectativa de vida ao nascer (em anos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	18
Tabela 2: População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.....	22
Tabela 3: Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.....	25
Tabela 4: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais). Pará, 2024-2025.. ..	28
Tabela 5: Índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2024-2025.....	30
Tabela 6: Proporção de pessoas no CADÚNICO de famílias em situação de pobreza ¹ (Proxy da taxa de pobreza), por Região de Integração do estado do Pará, 2024-2025.....	35
Tabela 7: Taxas de aprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	39
Tabela 8: Taxas de reprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	42
Tabela 9: Taxas de abandono (%) dos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	45
Tabela 10: Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos ou mais, Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.....	48
Tabela 11: Taxa de distorção idade-série (%) dos Ensinos Fundamental e Médio para o estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	49
Tabela 12: Taxa de cobertura populacional potencial da Atenção Primária à Saúde (APS), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	55
Tabela 13: Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	58
Tabela 14: Taxa de mortalidade infantil (menores de 01 ano por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	60
Tabela 15: Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	63
Tabela 16: Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	65
Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e fora da RMB, 2024-2025.....	70
Tabela 18: Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores, por dormitório, no Pará, RMB e fora da RMB, 2024-2025.....	72



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2024-2025.....	75
Tabela 20: Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024-2025.....	78
Tabela 21: Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024-2025.....	80
Tabela 22: Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024-2025.....	82
Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	84
Tabela 24: Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.....	87



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expectativa de vida ao nascer, nas Regiões de Integração, 2024-2025.....	17
Gráfico 2: Comparação da expectativa de vida ao nascer, entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	19
Gráfico 3: Participação da população ocupada por sexo, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.....	23
Gráfico 4: Participação da população ocupada por faixa etária, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.....	24
Gráfico 5: Rendimento médio real (R\$) de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, Brasil, Região Norte e Pará, 2024-2025.....	27
Gráfico 6: Comparação do Índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	31
Gráfico 7: Proporção de pessoas no CADÚNICO de famílias em situação de Pobreza ¹ (Proxy da taxa de pobreza), Brasil, Região Norte e Pará, 2021-2025.....	34
Gráfico 8: Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	36
Gráfico 9: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	41
Gráfico 10: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	41
Gráfico 11: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	44
Gráfico 12: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	44
Gráfico 13: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	47
Gráfico 14: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	47
Gráfico 15: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	51
Gráfico 16: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	51
Gráfico 17: Incremento (%) de estudantes do Ensino Superior, Brasil, Região Norte e Pará, 2024-2025.....	52
Gráfico 18: Comparação da taxa de cobertura populacional potencial da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	57
Gráfico 19: Comparação dos leitos de internação hospitalares do SUS (mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	59
Gráfico 20: Comparação da taxa de mortalidade infantil entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	61
Gráfico 21: Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração 2024-2025.....	64



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22: Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	66
Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	79
Gráfico 24: Comparação da taxa de homicídio (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração 2024-2025.....	81
Gráfico 25: Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	83
Gráfico 26: Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2024-2025.	85
Gráfico 27: Comparação do percentual de detentos reincidentes entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	86
Gráfico 28: Comparação da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por Região de Integração do estado do Pará, 2024-2025.....	88



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da expectativa de vida ao nascer, por Região de Integração, 2024-2025.....	18
Figura 2: Evolução do Índice de Gini da renda do emprego formal, por Região de Integração, 2024-2025.....	31
Figura 3: Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por Região de Integração, 2024-2025.....	36
Figura 4: Evolução da taxa de aprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.....	40
Figura 5: Evolução da taxa de reprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.....	43
Figura 6: Evolução da taxa de abandono total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.....	46
Figura 7: Evolução da taxa de distorção idade-série total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.....	50
Figura 8: Evolução da taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.....	56
Figura 9: Evolução dos leitos de internação hospitalar do SUS (mil hab.), por Região de Integração, 2024-2025.....	58
Figura 10: Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), por Região de Integração, 2024-2025.....	61
Figura 11: Evolução da taxa de mortalidade materna, por Região de Integração, 2024-2025.....	63
Figura 12: Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal(%), por Região de Integração, 2024-2025.....	66
Figura 13: Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2024-2025.....	79
Figura 14: Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2024-2025.....	81
Figura 15: Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2024-2025.....	83
Figura 16: Evolução da taxa de reincidência de presos, por Região de Integração, 2024-2025.....	86
Figura 17: Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2024-2025.....	88



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER.....	17
2 EMPREGO.....	20
3 RENDA	26
4 EDUCAÇÃO	38
5 SAÚDE	54
6 SANEAMENTO BÁSICO.....	68
7 HABITAÇÃO	71
8 SEGURANÇA PÚBLICA.....	77
REFERÊNCIAS	90



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

INTRODUÇÃO

O Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará consolida-se como um instrumento analítico fundamental para o diagnóstico e o monitoramento da realidade socioeconômica paraense. Publicado anualmente, o relatório oferece um panorama detalhado dos indicadores sociais do estado e de suas 12 Regiões de Integração (RIs), tomando como base comparativa as dinâmicas e evoluções registradas ao longo do biênio anterior.

Instituído originalmente pela Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, e posteriormente atualizado pela Lei Ordinária nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015, este diagnóstico cumpre um papel estratégico na governança pública. A elaboração do documento é de responsabilidade do Poder Executivo estadual, que deve submetê-lo anualmente ao Poder Legislativo e, simultaneamente, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), vinculando sua entrega aos prazos legais de apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse contexto, o Mapa não apenas atende às exigências legais de transparência e prestação de contas, como também constitui importante

subsídio técnico ao planejamento governamental, à fiscalização dos gastos públicos e à formulação de políticas voltadas à redução das desigualdades regionais.

Desde 2015, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) é responsável pela coordenação técnica e elaboração do Mapa da Exclusão Social. Para viabilizar a análise multidimensional da realidade paraense, a instituição articula uma rede de cooperação com diferentes órgãos governamentais, responsável pela compilação, tratamento e consolidação de dados estatísticos oficiais. Na edição de 2026, essa atuação colaborativa contou com o fornecimento de registros administrativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), assegurando a robustez e a confiabilidade dos indicadores apresentados.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Esta edição está estruturada em oito capítulos temáticos, que abrangem as dimensões essenciais do desenvolvimento humano e social: expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança pública. A análise dessas áreas é operacionalizada por meio de 31 indicadores, conforme estabelecido pela Lei nº 8.327/2015, permitindo um mapeamento transversal e padronizado das condições de vida da população paraense.

Do ponto de vista metodológico, o Mapa vai além da apresentação de dados agregados do estado ao adotar uma desagregação geográfica compatível com o planejamento territorial do Pará. Sempre que a disponibilidade e a consistência das fontes oficiais permitem, os indicadores são territorializados de acordo com as 12 Regiões de Integração (RIs), além de apresentarem um recorte comparativo específico entre a Região Metropolitana de Belém (RMB) e os municípios localizados fora dela (interior do estado). Essa abordagem é fundamental para identificar assimetrias regionais e subsidiar intervenções governamentais mais precisas.

Quanto ao recorte temporal, a análise prioriza o comportamento dos indicadores nos anos imediatamente anteriores à publicação. Entretanto, para fenômenos que apresentam menor variação em curto prazo, os dados são organizados em séries históricas mais amplas, permitindo identificar tendências estruturais e compreender a evolução das dinâmicas sociais no médio e longo prazo.

Além do monitoramento estatístico, cada categoria temática contextualiza as principais ações e políticas públicas executadas ou em andamento no estado do Pará durante o biênio analisado (2024–2025). O registro dessas intervenções governamentais foi extraído predominantemente da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), em suas edições correspondentes, documento anual que serve como balanço oficial de gestão e está disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Sob a perspectiva da avaliação de políticas públicas, é importante considerar que a temporalidade da intervenção estatal e a das transformações sociais ocorre em ritmos distintos. Os impactos das ações



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

governamentais raramente se manifestam de forma imediata; ao contrário, mudanças estruturais na realidade socioeconômica resultam de processos graduais e de maturação prolongada. Assim, a avaliação de sua efetividade requer uma perspectiva longitudinal, capaz de superar análises estritamente conjunturais e considerar o tempo necessário para a consolidação dessas transformações.

Nesse contexto, a matriz de indicadores que orienta este documento está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse alinhamento insere o diagnóstico do estado do Pará nas diretrizes da Agenda 2030, reforçando a integração entre as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade. Dessa forma, o monitoramento estadual dialoga com metas globais relacionadas à erradicação da pobreza e da fome, à redução das desigualdades, ao fortalecimento da saúde e da educação, à promoção do trabalho decente, ao desenvolvimento urbano sustentável, à ação climática e ao fortalecimento da paz e das instituições eficazes.

O arcabouço analítico deste Mapa fundamenta-se em um ecossistema de dados robusto, estruturado a partir do cruzamento de

registros administrativos e estatísticas oficiais de âmbitos estadual e federal. No plano estadual, a consolidação dos indicadores foi viabilizada pelo fornecimento de dados setoriais da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Em complementaridade, a esfera nacional forneceu o suporte estatístico e amostral necessário para a padronização e a comparabilidade dos indicadores. Os dados demográficos, laborais e socioeconômicos foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com ênfase nas edições anual e trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O monitoramento da saúde e da educação baseou-se nos sistemas de informação do Ministério da Saúde (MS) — via DATASUS, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) e Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) — e nas bases do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

(INEP/MEC). Por fim, o mapeamento do emprego formal e da vulnerabilidade social utilizou os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sob gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Do ponto de vista da consistência metodológica, o desenho da pesquisa incorporou estratégias de atribuição e o uso de variáveis substitutas (proxy) para mitigar a ausência de dados em duas situações específicas: o atraso na publicação de estatísticas oficiais por parte dos órgãos fontes e a descontinuidade abrupta de séries históricas decorrente de alterações censitárias. A seleção e a aplicação da proxy seguiram critérios estatísticos rigorosos de correlação e aderência conceitual, salvaguardando a integridade das análises temporais e impedindo a perda de comparabilidade do diagnóstico.

Um desafio metodológico central residiu na transição das fontes de dados amostrais nacionais. Dos 31 indicadores previstos na Lei nº 8.327/2015, dezenove eram originalmente oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual do IBGE, descontinuada e

substituída pela PNAD Contínua (em suas versões trimestral e de módulos anuais). Diante dessa mudança estrutural, executou-se um protocolo de harmonização metodológica para compatibilizar as quebras conceituais e os novos desenhos amostrais da PNAD Contínua com as definições e classificações de vulnerabilidade social originalmente descritas no marco legal da referida lei, garantindo a uniformidade técnica do histórico do relatório.

Em síntese, o Mapa da Exclusão Social consolida-se como um instrumento estratégico que articula o diagnóstico socioterritorial ao ciclo de gestão pública, uma vez que seus indicadores orientam diretamente os instrumentos de planejamento do Estado, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante da complexidade territorial e das profundas assimetrias históricas e socioeconômicas que caracterizam o Pará, o monitoramento sistemático das populações e dos territórios mais vulneráveis constitui condição essencial para avaliar a efetividade das intervenções estatais. Mais do que um instrumento de transparência, este documento reafirma-se como um importante mecanismo de governança, ao fornecer evidências técnicas que qualificam a tomada de decisão e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

fortalecem a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais no estado.

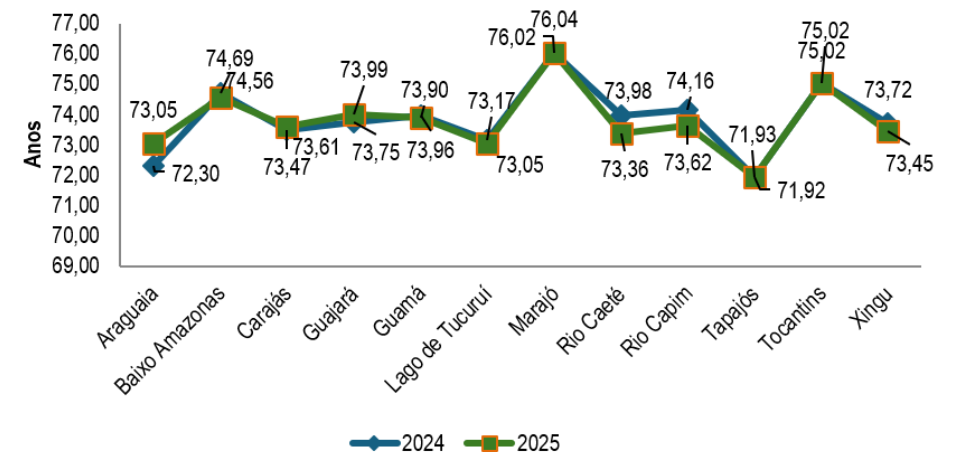
1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

A expectativa de vida ao nascer reflete as condições gerais de vida de uma população, sendo representada a partir do número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido. Este indicador considera as medidas básicas das taxas de mortalidade observadas no ano em análise. Suas variações, em geral, são diferenciadas segundo a idade e o sexo.

A composição deste indicador considera a população residente e os óbitos registrados no período analisado, podendo refletir o acesso à saúde, educação, cultura e lazer, violência, criminalidade, poluição e situação econômica da referência geográfica estudada. Sua fórmula de cálculo demonstra a razão entre o número de pessoas por anos vividos a partir do nascimento e o número de sobreviventes, conforme a Lei n.º 8.327/2015. Neste mapa são expostos os resultados referentes aos anos de 2024 e 2025 por RI.

O Gráfico 1 aponta que a expectativa de vida no Pará está acima dos 70 anos, estando em menor índice na RI Tapajós com 71 anos e o maior na RI Marajó, com 76 anos.

Gráfico 1 - Expectativa de vida ao nascer nas Regiões de Integração (2024-2025).





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Fonte: SESPA/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Registra-se pouca variação no indicador entre os anos 2024 e 2025. O Pará permaneceu com 73,97 anos e apenas três regiões demarcaram crescimento: RI Araguaia (0,75), Carajás (0,14) e Guajará (0,24).

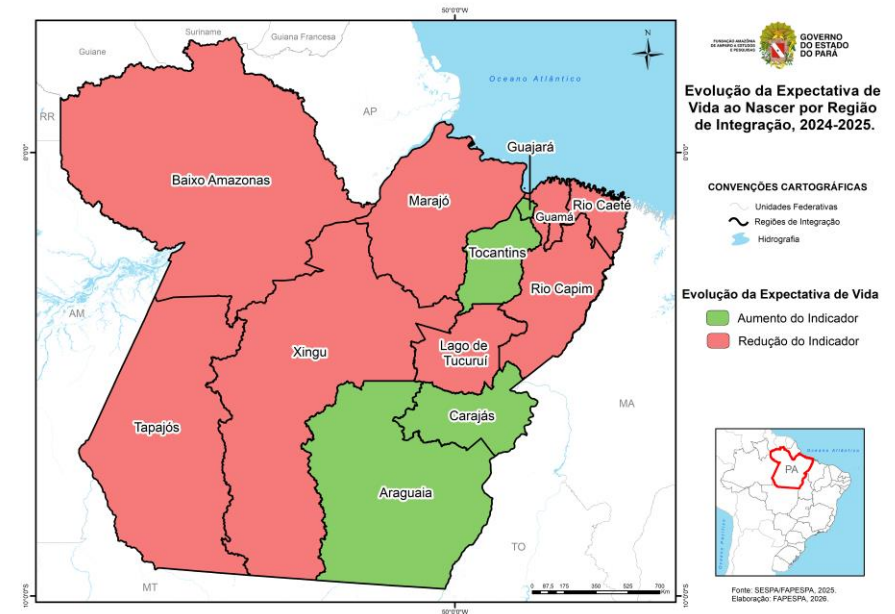
Tabela 1 - Expectativa de vida ao nascer (em anos) no estado do Pará e Regiões de Integração (2024-2025).

ESTADO/RI	2024	2025
Pará	73,97	73,97
Araguaia	72,30	73,05
Baixo Amazonas	74,69	74,56
Carajás	73,47	73,61
Guajará	73,75	73,99
Guamá	73,96	73,90
Lago de Tucuruí	73,17	73,05
Marajó	76,04	76,02
Rio Caeté	73,98	73,36
Rio Capim	74,16	73,62

Tapajós	71,93	71,92
Tocantins	75,02	75,02
Xingu	73,72	73,45

Fonte: SESPA/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

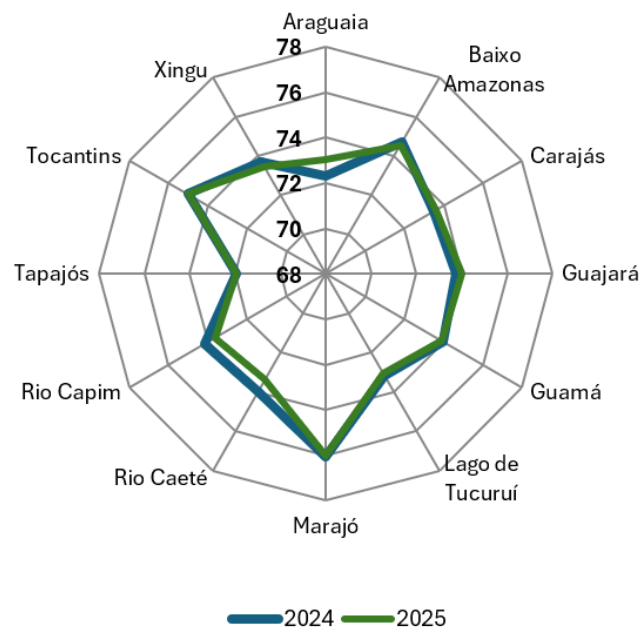
Figura 1: Evolução da expectativa de vida ao nascer, por Região de Integração, 2024-2025.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 2: Comparação da expectativa de vida ao nascer entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: SESPA/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

AÇÕES DO GOVERNO – Expectativa de vida ao nascer

Mudanças associadas à urbanização, escolarização, renda, mortalidade e saúde, de forma geral, influenciam significativamente a expectativa de vida de uma população. Desse modo, esse indicador é fundamental para a compreensão das políticas públicas, suas dimensões e seus impactos.

De outra forma, o aumento da longevidade da população resulta em uma maior demanda por bens e serviços, incluindo políticas sociais, especialmente as de saúde. Isso se aplica a diversos padrões que sustentam o sistema e ao processo de envelhecimento da população, visando garantir o bem-estar e uma vida considerada saudável.

A realização da COP 30, em Belém, permitiu acelerar as obras de saneamento e macrodrenagem na capital paraense, bem como melhorar os serviços da ETE Una (Estação de Tratamento de Esgoto), influenciando diretamente a qualidade de vida e saúde da população.

Na área da saúde foram ampliados os números de leitos obstétricos cirúrgicos e leitos cirúrgicos totalizando a inclusão aproximada de 2mil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

leitos. Outro avanço em 2025 foi a diminuição da infecção por malária em torno de 28%.

O número de doações de sangue tem aumentado constantemente, chegando a 130 mil bolsa coletadas em 2025. Registra-se também a expansão da rede de atenção à saúde, especialmente após a entrega do Hospital da Mulher do Pará, dedicado à saúde feminina.

O Pará continuou a investir no sistema estadual de segurança pública, abrangendo recursos humanos, tecnologia, inteligência e logística, o que tem possibilitado alcançar resultados significativos na redução dos índices de criminalidade.

2 EMPREGO

Neste tópico será realizada uma abordagem das dinâmicas do mercado de trabalho através do perfil da população economicamente ativa (PEA), referindo-se a pessoas em idade de 14 a 60 anos ou mais, aptas ao trabalho, e que são classificadas como ocupadas ou desocupadas. Neste sentido, serão utilizados

indicadores demográficos que estejam relacionados à temática do emprego a partir da taxa de participação da PEA e distribuição por faixa etária, sexo e posição na ocupação. A análise se dará de forma comparativa entre Brasil, região Norte e estado do Pará, nos anos de 2024 e 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

POPULAÇÃO OCUPADA

- **População economicamente ativa (PEA) ocupada e taxa de ocupação**

A PEA está desenvolvida na tabela 2 a partir de indicadores sobre a população em idade a trabalhar, a força de trabalho e as taxas de ocupação e desocupação. A primeira diz respeito a população a partir de 14 anos, ou seja, as consideradas aptas ao trabalho e engloba pessoas ocupadas (que estão trabalhando), desocupadas (que estão procurando trabalho) e fora da força de trabalho (que não trabalham e não estão buscando trabalho); enquanto a força de trabalho é composta apenas por pessoas que, na faixa de idade para trabalhar, estão ocupadas ou desocupadas.

Entre 2024 e 2025, a população em idade a trabalhar aumentou 1,3 milhões no Brasil, 70 mil na região Norte e 12 mil no Pará. por outro lado, na força de trabalho houve diminuição de -15 mil (Brasil), -40 mil (Norte) e -110 mil (Pará).

O contingente da força de trabalho em 2025 correspondeu a cerca de 62% do total em idade a trabalhar no Brasil, 60% na região Norte e 59,7% no Pará (Tabela 2).

O quantitativo de ocupados foi superior ao de desocupados e obteve elevação somente no Brasil (1,1 milhões) e na região Norte (58 mil), enquanto no Pará diminuiu 48 mil. Por outro lado, a população desocupada demarcou variação negativa de -1,1 milhões no Brasil, -98 mil na região Norte e -62 mil no Pará.

A categoria Fora da força de trabalho aumentou o índice em todas as áreas geográficas, com acréscimos de 1,3 milhões (Brasil), 110 mil (Norte) e 122 mil (Pará). As taxas de ocupação continuaram com percentual acima de 90%, demarcando aumento de 1%; enquanto as taxas de desocupação, apresentaram redução aproximada de 1%, em todas as unidades territoriais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 2: População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.

Indicadores	2024			2025		
	Brasil	Região Norte	Pará	Brasil	Região Norte	Pará
População em idade a trabalhar (Mil Pessoas)	173.430	14.312	6.724	174.747	14.382	6.736
Força de trabalho (Mil Pessoas)	108.516	8.711	4.134	108.501	8.671	4.024
Força de trabalho - ocupada (Mil Pessoas)	101.832	8.113	3.838	102.998	8.171	3.790
Força de trabalho - desocupada (Mil Pessoas)	6.684	598	296	5.503	500	234
Fora da força de trabalho (Mil Pessoas)	64.914	5.601	2.590	66.246	5.711	2.712
Taxa de Ocupação (%)	93,8	93,1	92,8	94,9	94,2	94,2
Taxa de Desocupação (%)	6,2	6,9	7,2	5,1	5,8	5,8

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA.

- **Participação da população ocupada por sexo**

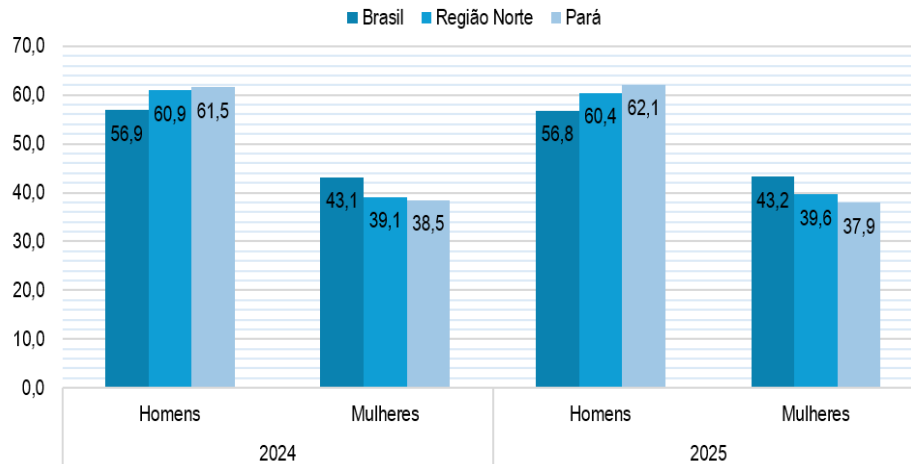
Considerando o sexo da população ocupada, verifica-se, no gráfico 3, que são maioria pessoas do sexo masculino, tanto no Brasil, como na região Norte e Pará; no país, a participação masculina permaneceu em 56%, enquanto o Norte e Pará continuaram com aproximadamente 60%. O sexo feminino esteve em menor participação, demarcando cerca de 43% no país, 39% no Norte e 37% no Pará, nos dois anos.

Desse modo, apesar do empenho de políticas voltadas para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, perdura a disparidade entre os sexos na ocupação; e com poucas mudanças na participação entre eles.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 3: Participação da população ocupada, por sexo, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024 e 2025.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

decréscimo, passando de 39,3% para 38,1% no Norte e de 39,2% para 37,2% no Pará.

Os jovens na faixa de 18 a 24 anos representam a terceira faixa em percentual de participação. Já os trabalhadores adolescentes, de 14 a 17 anos, estiveram com menor participação em todos os territórios estudados, seguido dos idosos, de 60 anos ou mais.

Destaca-se crescimento de 21,1% de ocupados na faixa etária de 40 a 59 anos na região Norte, enquanto no Brasil aumentou apenas 0,4% e no Pará 0,8%.

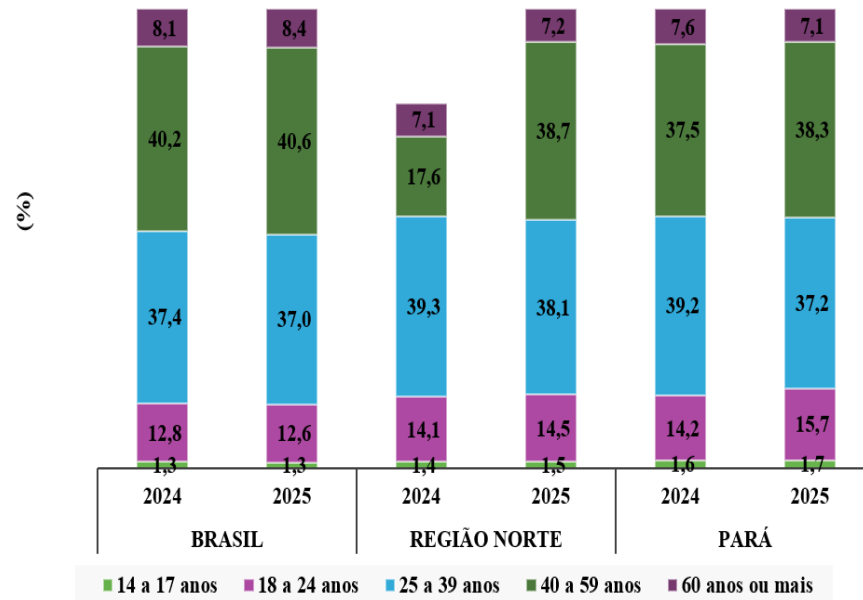
- **Participação da população ocupada por faixa etária**

No que se refere à faixa etária da população ocupada, conforme o gráfico 4, são majoritárias pessoas de 40 a 59 anos no Brasil, com participação de 40% tanto em 2024 quanto em 2025; na região Norte e Pará prevaleceram as de 25 a 39 anos, todas com tendência de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 4: Participação da população ocupada, por faixa etária, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

- Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho**

Quanto à posição na ocupação, observa-se que a categoria de empregados apresentou a maior participação da população ocupada em todos os territórios analisados, mantendo percentuais superiores a 60% nos dois anos. No Brasil, essa categoria permaneceu em 69,5%; na Região Norte houve crescimento de 63,0% para 64,9%; e no Pará o percentual manteve-se praticamente estável, passando de 62,1% para 62,0%.

A categoria conta própria permaneceu como a segunda de maior representatividade entre a população ocupada, mantendo participação em torno de 25% no Brasil. Entre 2024 e 2025, registrou retração de 1,3 p.p. na Região Norte e crescimento de 0,5 p.p. no Pará.

Na categoria empregador, observaram-se pequenas variações entre os anos analisados, iguais ou inferiores a 0,2 p.p.. Em 2025, os percentuais corresponderam a 4,0% no Brasil, 3,7% na Região Norte e 4,1% no Pará.

O trabalhador familiar auxiliar apresentou a menor participação entre as categorias analisadas e registrou redução em todos os territórios,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

com variações de -0,1 p.p. no Brasil, -0,8 p.p. na Região Norte e -0,7 p.p. no Pará. Ainda assim, em 2025, os percentuais observados no Pará (3,5%) e na Região Norte (3,3%) permaneceram aproximadamente três vezes superiores ao registrado para o Brasil (1,2%).

Tabela 3: Participação da população ocupada, por posição, na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2024-2025.

Posição na ocupação		Brasil	Região Norte	Pará
2024	Empregado	69,5	63,0	62,1
	Empregador	4,2	3,6	4,0
	Conta própria	25,0	29,3	29,8
	Trabalhador familiar auxiliar	1,3	4,1	4,2
2025	Empregado	69,5	64,9	62,0
	Empregador	4,0	3,7	4,1
	Conta própria	25,3	28,0	30,3
	Trabalhador familiar auxiliar	1,2	3,3	3,5

Fonte: IBGE- PNADC/T, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

AÇÕES DO GOVERNO – EMPREGO

Especialmente devido ao acontecimento da COP-30 que foi realizada na capital Belém, o Pará recebeu investimentos intensificados no turismo, bem como em obras de mobilidade, saneamento e desenvolvimento urbano que geraram 5 mil empregos diretos e indiretos. Os setores que mais se destacaram foram comércio, serviços e construção civil. Além disso, estima-se que cerca de 46 mil alunos foram certificados em 100 cursos técnicos realizados no estado.

O desempenho do Pará no comércio exterior, com forte exportação tem contribuído para a geração de empregos, marcado pela concessão de incentivos fiscais que atraem novos investimentos. Destacando-se os setores do turismo e empreendedorismo pelas startups. Destaca-se ainda o crescimento nos setores do comércio (2,2%) e de serviços (1,6%); somente no turismo houve crescimento de 8,4%.

Em 2025, o total de novos postos de trabalho somou 49 mil, 43% do total da região Norte, propiciando a diminuição de 7,6% para 6,5% na taxa de desocupação. Segundo a SEPLAD (2026) o estado lidera a empregabilidade regional e ocupa a 13ª posição no ranking nacional.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Os incentivos à linha de crédito é um dos principais fomentos para a economia solidária oportunizando trabalho e renda a pequenos empreendedores. Mais de 18 empresas foram beneficiadas com incentivos fiscais, desencadeando potencial de criação de 1.100 novos postos de trabalho diretos.

3 RENDA

A construção do Mapa da Exclusão Social do Pará, fundamentada nos dados do IBGE e da RAIS para os anos de 2024 e 2025, reflete um esforço metodológico rigoroso e institucionalizado pela Lei n.º 8.327/2015 para diagnosticar as assimetrias socioeconômicas do território paraense. Sob a ótica das ciências sociais, a escolha das variáveis analíticas — renda média de todas as fontes, Índice de Gini do emprego formal e a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza — confere ao estudo uma necessária perspectiva multidimensional. Essa triangulação permite não

apenas mensurar a capacidade absoluta de subsistência da população, mas também revelar a dinâmica de concentração da riqueza no mercado de trabalho formal e a densidade da vulnerabilidade extrema, superando leituras puramente lineares do desenvolvimento econômico regional.

Ao alinhar esse diagnóstico local às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especificamente o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), a pesquisa assume um caráter eminentemente transformador. Essa



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

convergência entre o marco legal do estado e as agendas globais de desenvolvimento humano evidencia que o enfrentamento da exclusão na Amazônia exige uma atuação simultânea em duas frentes complementares: a garantia de condições mínimas de dignidade e sobrevivência para os segmentos marginalizados e o combate ativo aos abismos distributivos. Assim, o mapa consolida-se como uma ferramenta científica e de planejamento essencial para orientar políticas públicas voltadas à justiça social e à equidade territorial.

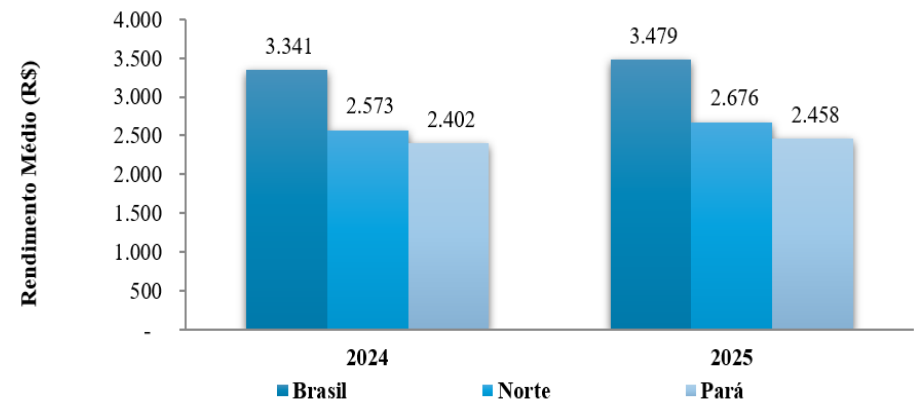
RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o rendimento médio real de pessoas com 14 anos ou mais de idade manteve trajetória de crescimento em 2025. No entanto, o ritmo dessa recuperação varia significativamente conforme a escala territorial analisada.

Enquanto o rendimento médio do trabalhador brasileiro registrou uma expansão de 4,13% em relação a 2024, alcançando o patamar de R\$ 3.479,00, a Região Norte apresentou um incremento ligeiramente menor,

de 4%, fixando a renda média em R\$ 2.676,00. Já o Estado do Pará registrou o crescimento mais modesto entre as três instâncias, com uma alta de 2,33% e rendimento médio de R\$ 2.458,00 — valor que se posiciona 29,3% abaixo da média nacional e 8,1% aquém do próprio patamar regional.

Gráfico 5 - Rendimento médio real (R\$) de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, no Brasil, Região Norte e Pará (2024-2025).



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A análise do rendimento médio real do trabalho principal, detalhada na Tabela 4, revela que metade das categorias profissionais apresentou valorização real no período de 2024 a 2025. Os acréscimos mais expressivos concentraram-se na categoria dos empregadores, que liderou o crescimento com uma alta de 16,50%, passando de R\$ 5.899,00 para R\$ 6.872,00, seguida pelos empregados do setor público com carteira assinada (exclusive militares e estatutários), cujo rendimento avançou 9,71%, saltando de R\$ 4.569,00 para R\$ 5.013,00. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada também registraram evolução significativa de 9,39%, elevando a média de R\$ 926,00 para R\$ 1.013,00. Completando o grupo de variações positivas, os trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria obtiveram incrementos moderados de até 6,90% e 3,66%, respectivamente.

Em contrapartida, as demais categorias registraram retração no rendimento médio real, com as perdas mais acentuadas localizadas no emprego informal do Estado e no setor privado formal. Os empregados do setor público sem carteira assinada (exclusive militares e estatutários) apresentaram o maior recuo do período, com queda de -4,18%, seguidos

de perto pelos empregados do setor privado com carteira assinada, que perderam -3,29% do rendimento real. Adicionalmente, o emprego geral no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) contraiu -1,88%, enquanto o segmento tradicional do funcionalismo público, composto por militares e estatutários, observou uma redução de -1,24%. As posições restantes, englobando os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, demonstraram maior estabilidade, com retrações que não ultrapassaram o patamar de 0,62%.

Tabela 4 - Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho (Reais), Pará (2024-2025).

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	2024	2025
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	2.122	2.082
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	2.576	2.491
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	1.566	1.560
Trabalhador doméstico	926	1.013
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.610	1.691



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	841	899
Empregado no setor público	4.512	4.484
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	4.569	5.013
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2.678	2.566
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	6.167	6.090
Empregador	5.899	6.872
Conta própria	1.526	1.582

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

ÍNDICE DE GINI

A análise da distribuição de renda por meio do índice de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, constitui um instrumento metodológico central nas ciências sociais, na economia e na ciência de dados para quantificar e monitorar a equidade estrutural de uma sociedade.

Matematicamente fundamentado na Curva de Lorenz, o coeficiente varia em um intervalo estrito entre 0 e 1, onde os extremos representam modelos teóricos opostos: o valor 0 expressa a completa igualdade

distributiva e o valor 1 reflete a máxima concentração da riqueza, na qual um único indivíduo detém a totalidade da renda produzida. Sob uma perspectiva analítica, a incorporação sistemática dessa métrica em diagnósticos socioeconômicos transcende a mera descrição estatística; ela se consolida como uma ferramenta indispensável para compreender a evolução temporal das disparidades sociais, identificar a rigidez da estratificação econômica e orientar a formulação de políticas públicas direcionadas à justiça distributiva em diferentes recortes regionais.

A aplicação do Coeficiente de Gini no Pará e em suas regiões de integração, entre 2024 e 2025 (Tabela 5), baseou-se na proporção acumulada da população com vínculo formal e da renda desse emprego. Esse recorte mede a equidade interna do mercado de trabalho regulamentado regional. A análise revela se a riqueza gerada nos polos locais promove a desconcentração de renda ou acirra as assimetrias socioeconômicas.

A análise da distribuição de renda do emprego formal no Pará, realizada com base no Coeficiente de Gini (Tabela 5), aponta para uma trajetória geral de desconcentração e redução das disparidades salariais no



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

estado entre 2024 e 2025. O índice de Gini estadual recuou de 0,2701 para 0,2651 no período, movimento que foi acompanhado pela quase totalidade das Regiões de Integração (RIs), sinalizando uma melhora na equidade distributiva entre a população com vínculo formal de trabalho. Os recuos mais expressivos na desigualdade salarial ocorreram nas RIs Rio Capim (de 0,1841 para 0,1701) e Xingu (de 0,1867 para 0,1687), enquanto a RI Guamá consolidou-se com o menor nível de concentração de renda do estado, atingindo o patamar de 0,1300 em 2025.

Em sentido oposto à dinâmica estadual, a RI Guajará apresentou o cenário mais crítico do relatório. Além de deter a maior concentração de renda em 2024 (0,3455), foi a única região a registrar aumento na desigualdade salarial no período subsequente, alcançando o índice de 0,3487 em 2025. Esse comportamento divergente da RI Guajará contrasta com a estabilidade e a retração observadas nas demais divisões territoriais, como Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Tapajós e Tocantins.

Tabela 5 - Índice de Gini da renda do emprego formal, por Região de Integração (2024-2025).

Estado/RI	2024	2025
Pará	0,2701	0,2651
Araguaia	0,1589	0,1568
Baixo Amazonas	0,2181	0,2108
Carajás	0,2340	0,2303
Guajará	0,3455	0,3487
Guamá	0,1312	0,1300
Lago de Tucuruí	0,1818	0,1753
Marajó	0,1733	0,1722
Rio Caeté	0,1458	0,1388
Rio Capim	0,1841	0,1701
Tapajós	0,1656	0,1628
Tocantins	0,1987	0,1897
Xingu	0,1867	0,1687

Fonte: ME(RAIS)/FAPESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota 1: para o cálculo do Índice de Gini usado neste trabalho, utilizou-se a proporção de salários (renda) pela proporção de vínculos empregatícios (população).

Nota 2: o cálculo não levou em consideração vínculos empregatícios que não se enquadravam em nenhuma faixa salarial constituída pela RAIS.

Dados coletados em 02/07/2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 2: Evolução do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2024-2025.

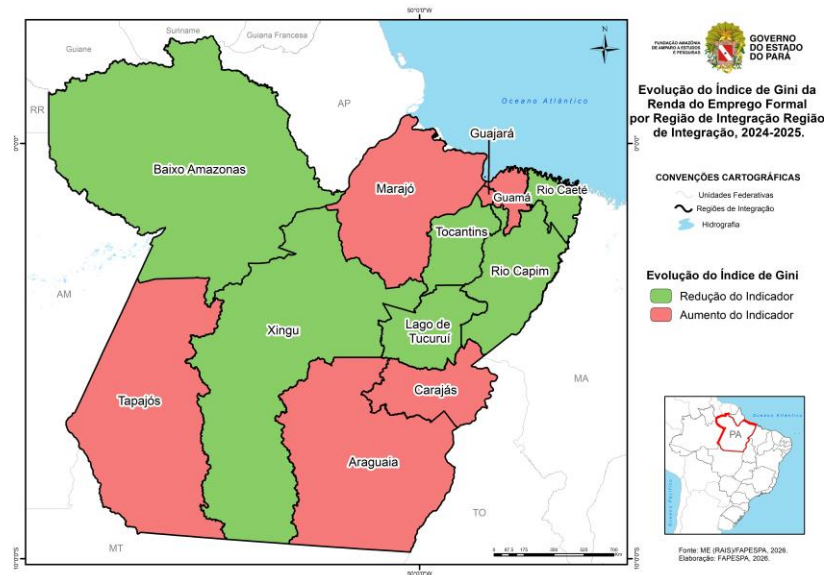
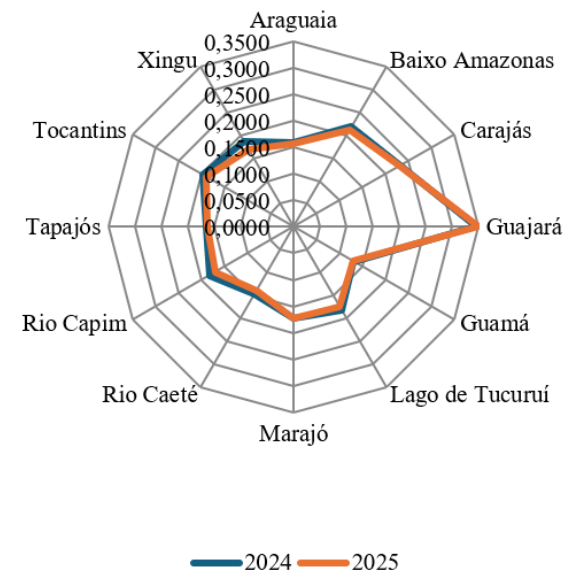


Gráfico 6 - Comparação do Índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração (2024-2025).



Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

A análise comparativa do Coeficiente de Gini do emprego formal, detalhada na Tabela 5 e ilustrada no Gráfico 6, evidencia uma trajetória de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

concentração de renda inter-regional no período 2024-2025. O recuo general do indicador em quase todas as Regiões de Integração (RIs) sinaliza uma convergência positiva em direção a uma maior equidade na distribuição dos rendimentos formais. Esse movimento indica que, além da redução da assimetria interna na maioria das regiões, houve uma atenuação das disparidades socioeconômicas na comparação entre as diferentes regiões do estado no ano de 2025.

PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

De acordo com a Lei Estadual nº 8.327/2015, o principal critério para definir a população na linha de pobreza é a renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo em um determinado espaço geográfico e ano. Nesse sentido, o indivíduo considerado pobre tem um nível de renda ou consumo familiar abaixo do mínimo essencial para suprir suas necessidades humanas básicas, patamar usualmente chamado de "linha de pobreza". A falta de acesso a serviços fundamentais como educação de qualidade, saúde, energia elétrica e água potável ainda atinge milhões de pessoas globalmente, motivada por fatores socioeconômicos,

de gênero, etnia ou geografia. Por isso, torna-se essencial um debate mais amplo que dê a pensadores e gestores de políticas sociais maior clareza sobre o problema e seus mecanismos de enfrentamento.

Historicamente, a série de informações sobre rendimento domiciliar per capita divulgada pela PNAD/IBGE foi disponibilizada pela última vez em 2015, base sobre a qual a Fapespa calculava a taxa de pobreza estadual — o que foi interrompido a partir de 2016 devido à descontinuidade da pesquisa. Contudo, é possível mensurar a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza por meio dos indivíduos registrados no CadÚnico que declaram renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Embora as metodologias da PNADC e do CadÚnico sejam distintas, essa mensuração funciona como uma proxy (representação) da taxa de pobreza. Por este motivo, os dados atuais deste Mapa utilizam o CadÚnico, sistema do Governo Federal que reúne informações socioeconômicas para mapear as reais condições de vida das famílias de baixa renda e selecioná-las para programas sociais. Dessa forma, adotou-se essa proxy em substituição à série descontinuada, mantendo a nomenclatura ("Proporção de Pessoas abaixo da Linha da Pobreza") exigida pela Lei nº 8.327/2015.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A análise histórica dos indicadores de pobreza entre 2021 e 2025 revela uma persistente disparidade estrutural entre o cenário nacional e os recortes da Região Norte e do estado do Pará. Após uma deterioração generalizada em 2022 — período em que os efeitos socioeconômicos do pós-pandemia e oscilações institucionais elevaram a pobreza ao seu ápice —, os anos subsequentes (2023-2025) registraram uma trajetória de retração gradual, reconduzindo os índices a patamares próximos ou inferiores aos observados no início da série temporal.

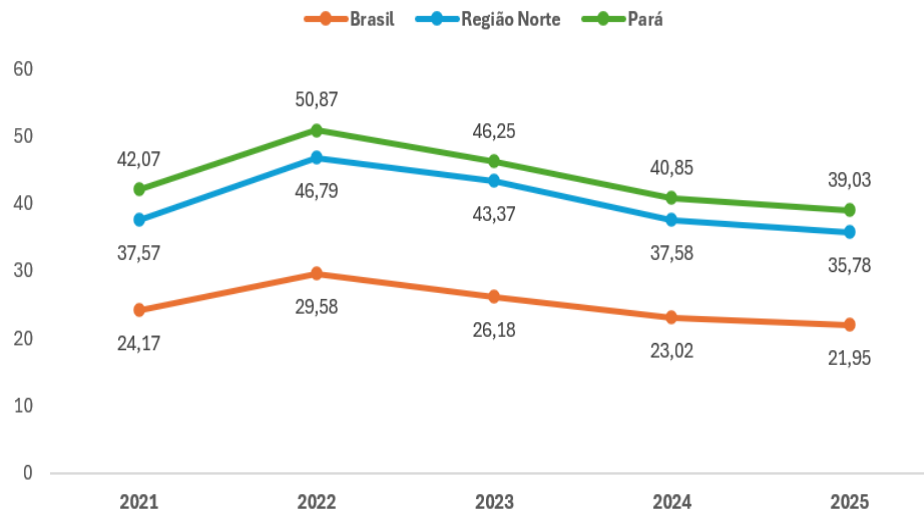
No plano nacional, a proporção de pessoas em situação de pobreza atingiu o pico de 29,58% em 2022, recuando de forma expressiva para 21,09% em 2025, o que representa uma melhora em relação ao patamar de 2021 (24,17%). A Região Norte, contudo, manteve taxas severamente superiores à média do país: o indicador regional saltou para 46,79% no ano crítico de 2022 e, apesar da recuperação subsequente, encerrou 2025 em patamar ainda elevado (35,78%), evidenciando uma vulnerabilidade econômica crônica e de lenta absorção dos ciclos de recuperação.

O estado do Pará registrou o cenário mais complexo entre os três recortes geográficos, superando consistentemente as médias nacional e regional. Em 2022, a pobreza atingiu a marca alarmante de 50,87% da população paraense, recuando para 39,03% em 2025. Embora esse declínio sinalize a eficácia recente de políticas de assistência social, a recomposição do mercado de trabalho e o impacto de programas de transferência de renda, o dado atual permanece próximo ao patamar de 2021 (42,07%), confirmando que o enfraquecimento da pobreza estrutural e a mitigação das assimetrias regionais continuam sendo os principais desafios para o planejamento e a execução das políticas públicas estaduais (gráfico 7).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 7 - Proporção de pessoas no CadÚnico em famílias em situação de pobreza¹ (proxy da taxa de pobreza), no Brasil, Região Norte e Pará (2021-2025).



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

A evolução dos indicadores do CadÚnico entre 2024 e 2025 aponta para um cenário de retração da pobreza no Estado do Pará e em todas as suas Regiões de Integração, como demonstra a **Tabela 6**. No agregado estadual, a taxa de pobreza apresentou queda de 6,63%. O desempenho

regional evidencia ritmos distintos de recuperação, com os recuos mais expressivos concentrados nas RIs Guajará (-6,63%), Araguaia (-6,60%), Xingu (-6,06%), Carajás (-6,01%) e Rio Caeté (-5,11%).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 6 - Proporção de pessoas no CADÚNICO em famílias em situação de pobreza¹ (Proxy da taxa de pobreza) por Região de Integração do estado do Pará (2024-2025).

Estado/RI	População		População Pobre		Taxa de Pobreza (%)	
	Estimada 2024	Estimada 2025	2024	2025	2024	2025
Pará	8.664.306	8.711.196	3.539.743	3.399.762	40,85	39,03
Araguaia	476.448	476.299	150.663	140.673	31,62	29,53
Baixo Amazonas	840.015	847.407	401.485	392.751	47,79	46,35
Carajás	831.512	843.833	226.638	216.230	27,26	25,62
Guajará	2.115.846	2.117.471	618.539	577.814	29,23	27,29
Guamá	701.081	704.891	287.530	278.370	41,01	39,49
Lago de Tucuruí	339.397	338.011	143.931	137.827	42,41	40,78
Marajó	630.633	635.901	416.648	411.367	66,07	64,69
Rio Caeté	521.239	523.445	263.129	250.731	50,48	47,90
Rio Capim	653.032	655.013	284.979	271.764	43,64	41,49
Tapajós	268.410	271.130	101.760	98.253	37,91	36,24
Tocantins	866.692	873.726	451.847	441.284	52,13	50,51
Xingu	420.001	424.069	192.594	182.698	45,86	43,08

Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 3: Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por região de integração, 2024-2025.

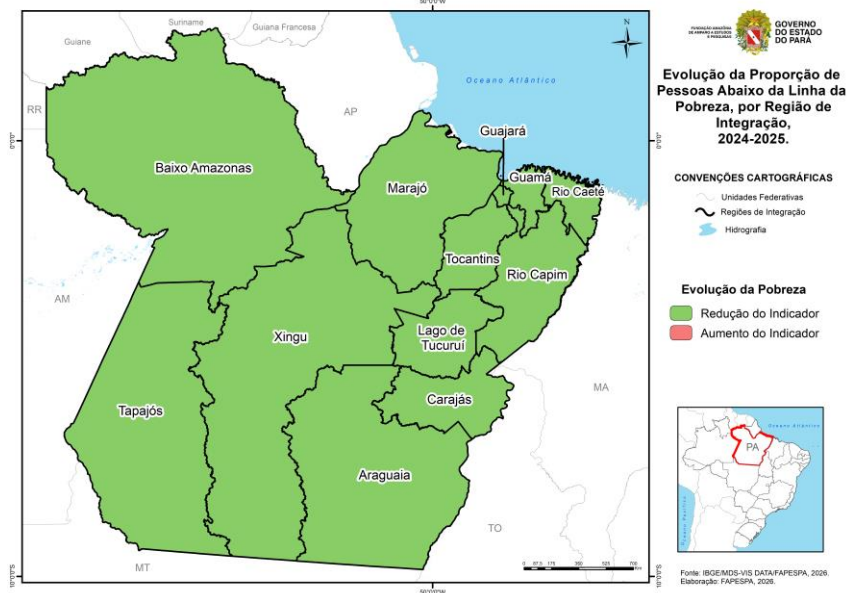
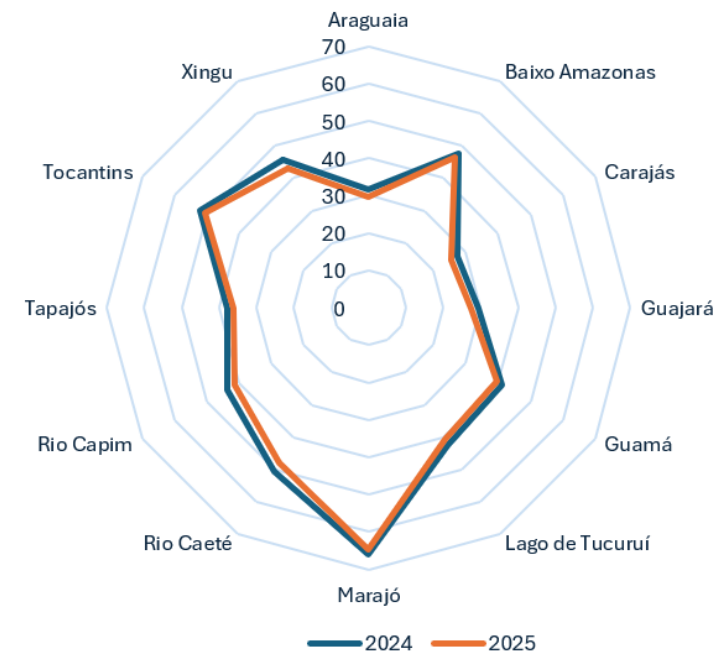


Gráfico 8: Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



AÇÕES DO GOVERNO – Renda

A realização da COP30 em Belém consolidou-se como um vetor histórico de dinamização socioeconômica para o Pará, impulsionando de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

forma expressiva a geração de emprego, a distribuição de renda e o desenvolvimento regional sustentável. Esse evento de magnitude global refletiu-se diretamente no mercado de trabalho paraense, resultando na criação e manutenção de 66,3 mil postos de trabalho, dos quais 45,1 mil foram gerados de forma direta e 21,2 mil de maneira indireta. Esse fôlego no mercado produtivo sustentou a posição de vanguarda do Pará na Região Norte ao longo de 2025, ano em que o Estado liderou a criação de empregos na região com a abertura de 49 mil novos postos de trabalho formais — o equivalente a 43% de todas as vagas geradas na Região Norte. Esse desempenho, o melhor registrado nos últimos três anos, reduziu a taxa de desocupação do Estado para 6,5%, promovendo um avanço significativo no ranking nacional de empregabilidade.



4 EDUCAÇÃO

A temática educação é analisada com foco na educação básica e ensino superior. Aborda os indicadores taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, taxa de alfabetização de adultos e incremento no ensino superior.

Os indicadores referentes a aprovação, reprovação e abandono estão em conformidade com a metodologia proposta pelo INEP; enquanto alfabetização de adultos e incremento no ensino superior consideram as informações da PNADC/IBGE.

Os dados correspondem aos anos 2024 e 2025 e abrangem as unidades territoriais Brasil, região Norte, Pará, regiões de integração do Pará (RI) e região metropolitana de Belém (RMB), em consonância com a disponibilidade dos dados.

A evolução dos indicadores desagregados por RI podem ser visualizadas em figuras, com ilustração em mapas, e gráficos no estilo radar, onde quanto mais próximo do zero menor é o índice.

TAXA DE APROVAÇÃO

A taxa de aprovação indica o percentual de alunos que conseguiram progressão curricular educacional mediante o alcance dos requisitos mínimos exigidos pelo MEC. No Pará, em 2025, esse índice foi de 95,8% no ensino fundamental e 99% no ensino médio; em relação ao ano anterior, observa-se crescimento de 2,9% e 2%, sequencialmente.

Na desagregação dos dados por Região de Integração (RI), observa-se que, em 2025, todas as regiões apresentaram taxas de aprovação superiores a 90% no ensino fundamental, destacando-se as RIs Guajará (99,14%) e Rio Caeté (97,35%), enquanto Lago de Tucuruí (91,04%) e Marajó (92,74%) registraram os menores percentuais. Em relação a 2024, verificou-se predominância de crescimento nas taxas de aprovação, com os maiores acréscimos observados em Marajó (4,99 p.p.), Tocantins (4,71 p.p.) e Rio Capim (4,33 p.p.).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

No ensino médio, a maioria das Regiões de Integração apresentou taxas superiores a 99% de aprovação em 2025. Apenas as RIs Guamá (98,40%), Marajó (98,69%) e Rio Capim (98,90%) permaneceram abaixo desse patamar. Em comparação ao ano anterior, todas as regiões registraram crescimento na taxa de aprovação, com destaque para Rio Caeté (4,59 p.p.) e Rio Capim (4,45 p.p.).

Tocantins	89,42	94,13	98,89	99,16
Xingu	91,74	95,21	98,27	99,67

Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

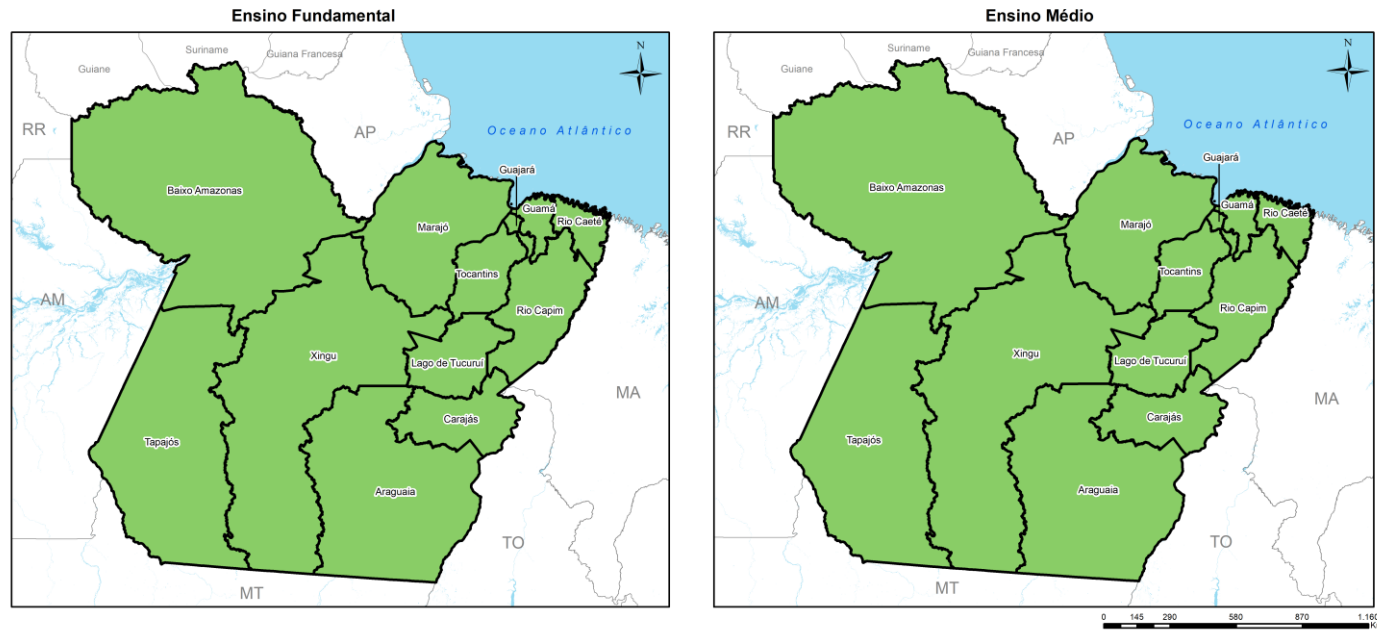
Tabela 7: Taxas de aprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2024	2025	2024	2025
Pará	92,90	95,80	97,00	99,00
Araguaia	92,71	96,29	97,12	99,09
Baixo Amazonas	92,51	95,09	97,81	99,51
Carajás	93,06	96,76	95,98	99,46
Guajará	97,46	99,14	97,86	99,40
Guamá	93,04	95,77	97,78	98,40
Lago de Tucuruí	87,67	91,04	97,29	99,80
Marajó	87,75	92,74	95,51	98,69
Rio Caeté	94,17	97,35	94,94	99,53
Rio Capim	92,58	96,91	94,45	98,90
Tapajós	91,67	93,05	95,80	99,18



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 4: Evolução da taxa de aprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Unidades federativas
- Região de Integração
- Hidrografia

EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO TOTAL
DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO 2024-2025

EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO

- Aumento do Indicador
- Redução do Indicador

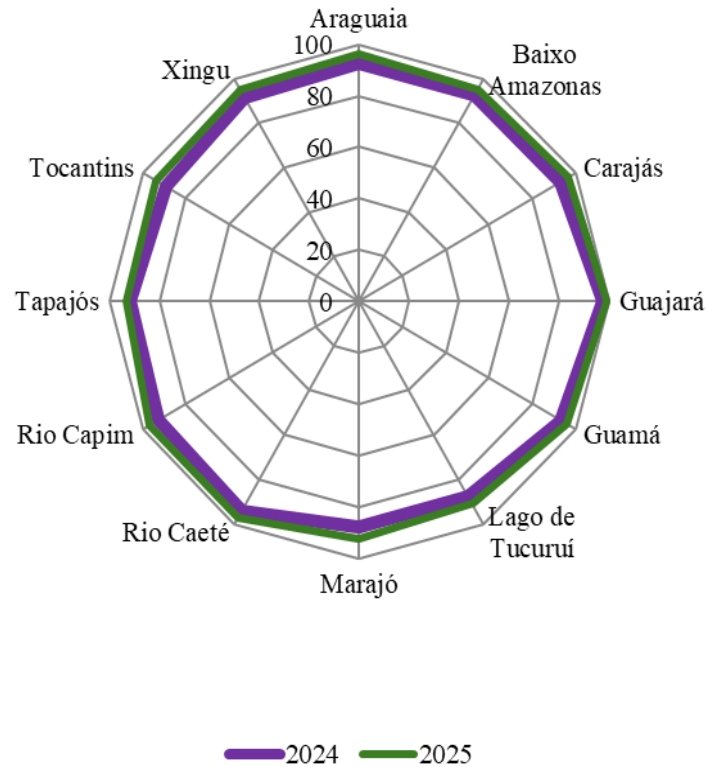
Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.





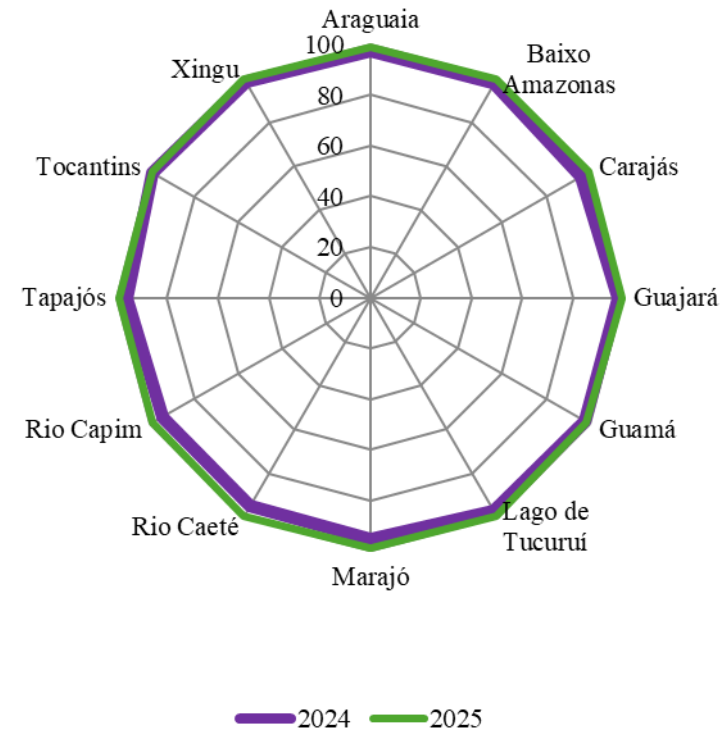
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 9: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Gráfico 10: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REPROVAÇÃO

O indicador taxa de reprovação representa o percentual de alunos que não conseguiram os requisitos mínimos para a provação e, portanto, deverão repetir a disciplina/série de ensino/ano letivo. No Pará, a taxa de reprovação no ensino fundamental se mostrou superior à do ensino médio, com diferença de 3 p.p., em 2025, quando registraram 3,4% e 0,4%, sequencialmente. O primeiro registrou variação negativa de -2,4 p.p. e o segundo -0,7p.p..

A taxa de reprovação no ensino fundamental, em 2025, foi mais elevada em Lago de Tucuruí (7,27%), Marajó (5,66%) e Tapajós (5,52%); e as menores foram em Guajará (0,52%) e Rio Caeté (2,13%). Entre 2024 e 2025 houve diminuição em todas as regiões.

Em relação ao ensino médio, destacam-se com mais altas taxas de reprovação em 2025 as RIs Araguaia (0,39%) e Guajará (0,32%); enquanto as mais diminutas estiveram em Tocantins (0,27%), Marajó (0,4%) e Tapajós (0,4%). A totalidade das regiões também decresceram no indicador.

Tabela 8: Taxas de reprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

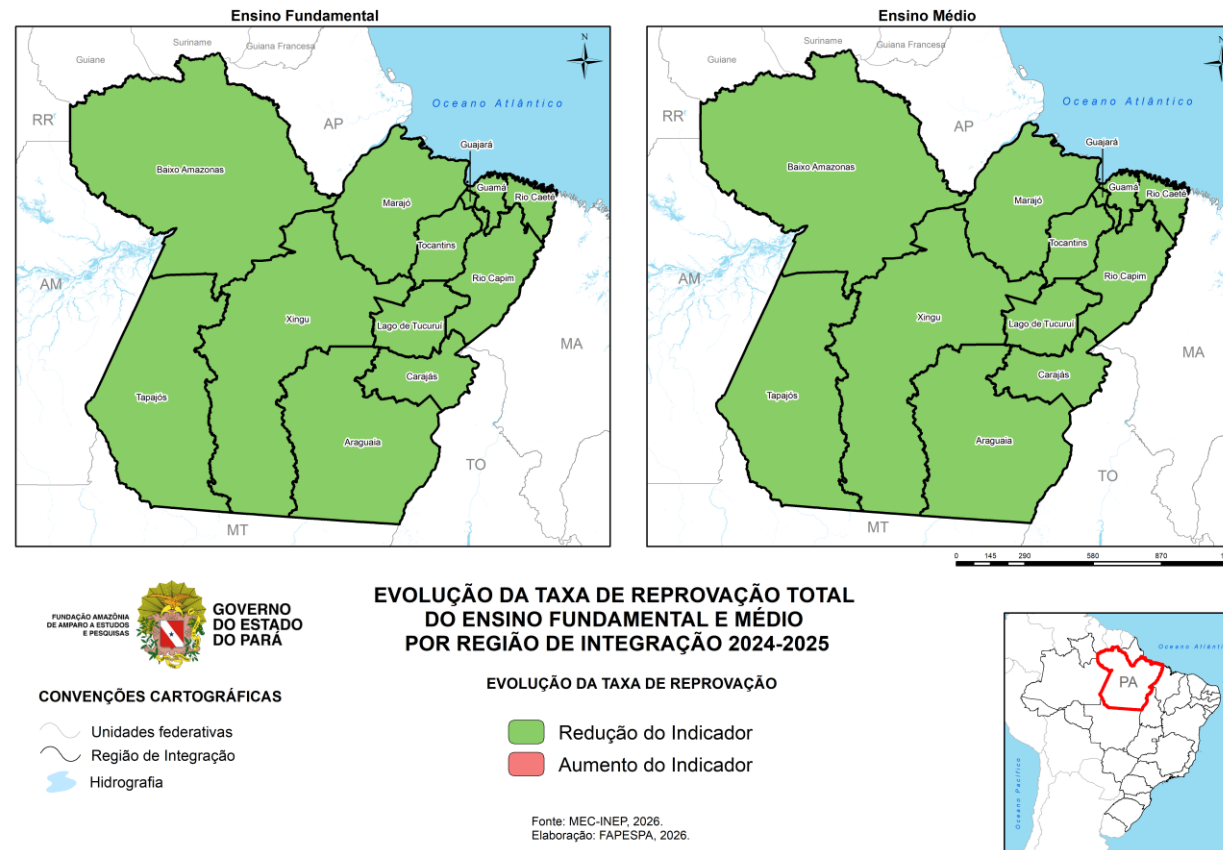
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2024	2025	2024	2025
Pará	5,80	3,40	1,10	0,40
Araguaia	4,94	2,77	1,13	0,39
Baixo Amazonas	6,56	4,32	0,76	0,16
Carajás	5,76	2,58	1,37	0,18
Guajará	2,22	0,52	0,64	0,32
Guamá	5,99	3,53	1,02	0,19
Lago de Tucuruí	10,09	7,27	1,39	0,19
Marajó	9,54	5,66	1,22	0,40
Rio Caeté	4,66	2,13	0,77	0,19
Rio Capim	6,23	2,48	1,08	0,19
Tapajós	6,22	5,52	1,52	0,40
Tocantins	8,67	4,64	0,28	0,27
Xingu	6,88	3,79	1,27	0,14

Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

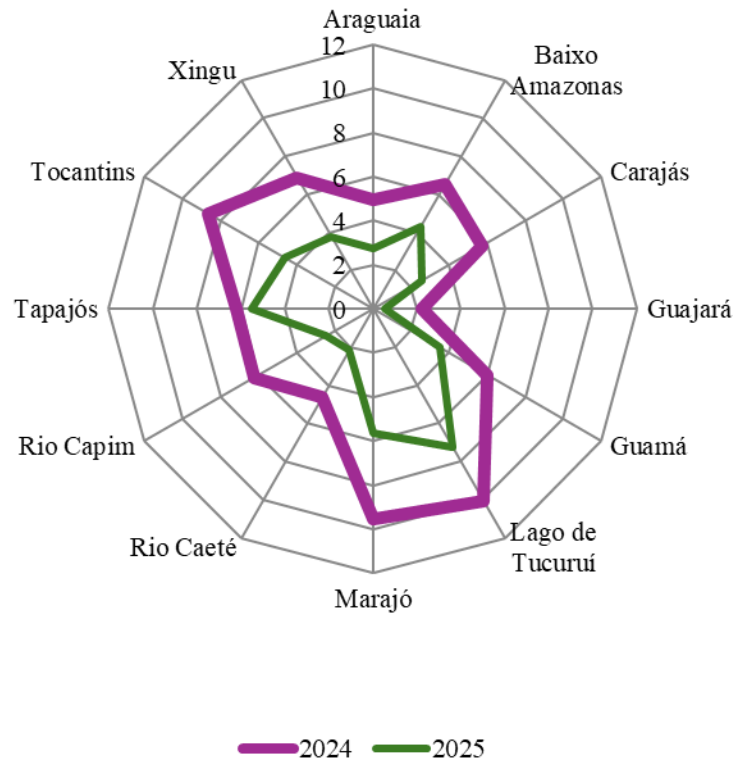
Figura 5: Evolução da taxa de reprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023–2024.





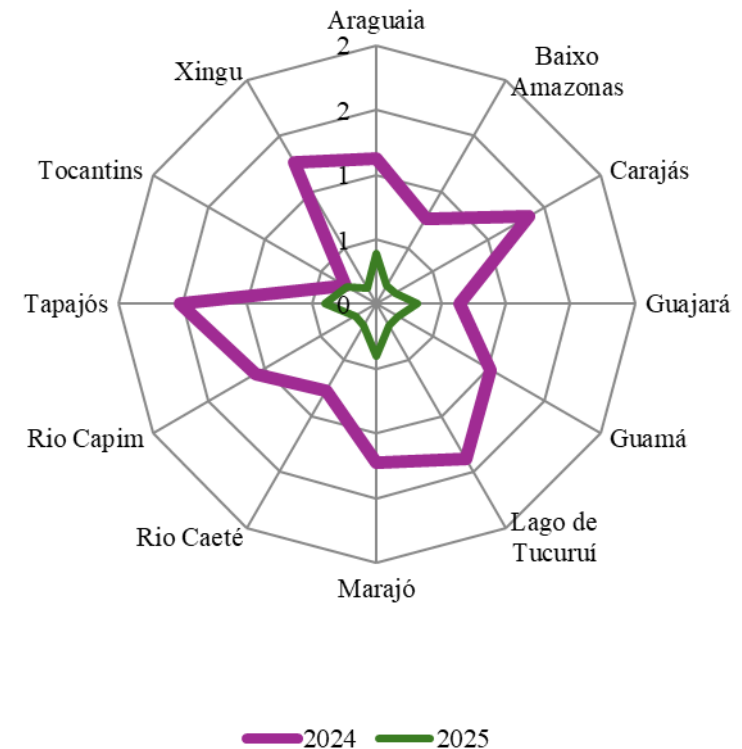
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 11: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Gráfico 12: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ABANDONO

A taxa de abandono diz respeito ao percentual de alunos que desistem ou abandonam os estudos antes de concluir o ano letivo. No Pará, esta taxa sofreu redução tanto no ensino fundamental (-0,5 p.p.) quanto no ensino médio (-1,3 p.p.), chegando em 2025 com 0,8% e 0,6%, respectivamente.

Na distribuição por RI, a maior taxa de abandono no ensino fundamental, em 2025, foi na RI Lago de Tucuruí (1,69%), seguida da Marajó (1,61%); enquanto a menor se deu nas RIs Guajará (0,34%) e Guamá (0,7%). No ensino médio, as RIs Guamá (1,41%), Marajó (0,91%) e Rio Capim (0,91%) demarcaram taxas mais elevadas e as RIs Lago de Tucuruí (0,01%) e Xingu (0,19%) conseguiram as mais baixas taxas.

Todas as regiões, nas duas etapas de ensino, tiveram variação negativa, com exceção apenas da RI Guamá que sofreu acréscimo de 0,21 p.p. na taxa de abandono no ensino médio.

Tabela 9: Taxas de abandono (%) dos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2024	2025	2024	2025
Pará	1,30	0,80	1,90	0,60
Araguaia	2,35	0,95	1,75	0,52
Baixo Amazonas	0,93	0,59	1,43	0,33
Carajás	1,18	0,66	2,65	0,37
Guajará	0,32	0,34	1,50	0,28
Guamá	0,97	0,70	1,20	1,41
Lago de Tucuruí	2,24	1,69	1,33	0,01
Marajó	2,71	1,61	3,27	0,91
Rio Caeté	1,17	0,52	4,29	0,28
Rio Capim	1,20	0,61	4,48	0,91
Tapajós	2,12	1,43	2,68	0,42
Tocantins	1,91	1,23	0,83	0,57
Xingu	1,38	1,00	0,46	0,19

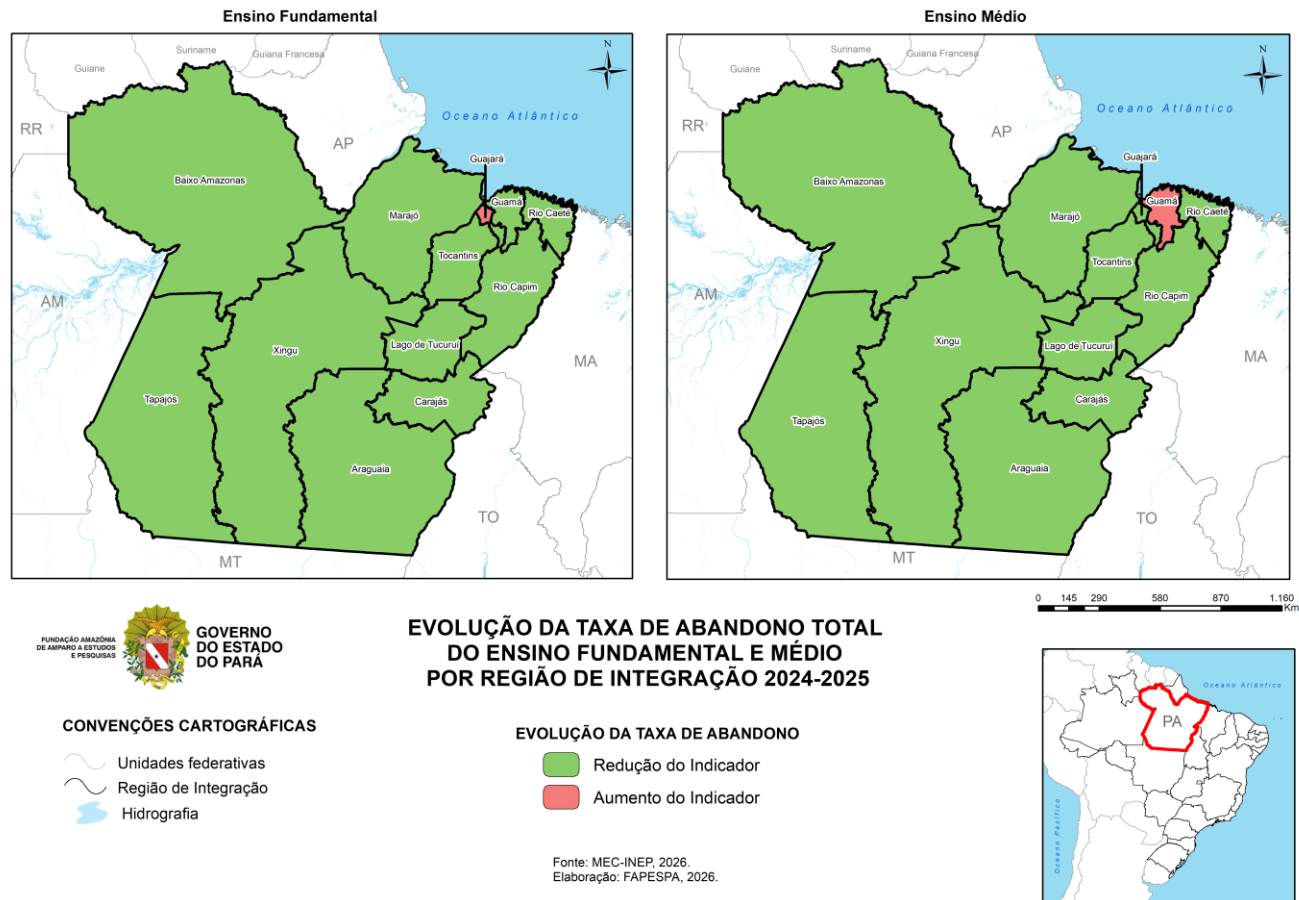
Fonte: MEC-INEP, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

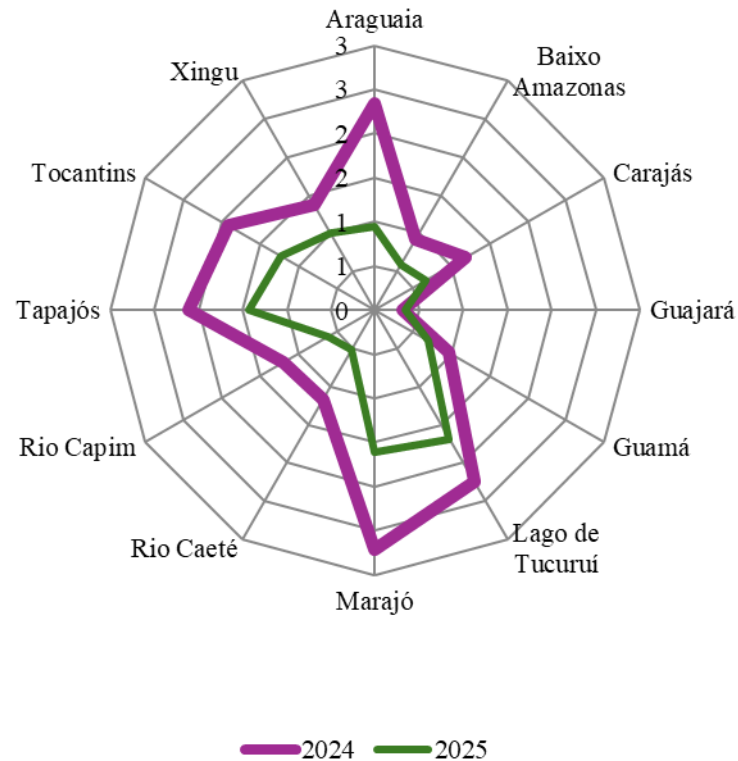
Figura 6: Evolução da taxa de abandono total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2024-2025.





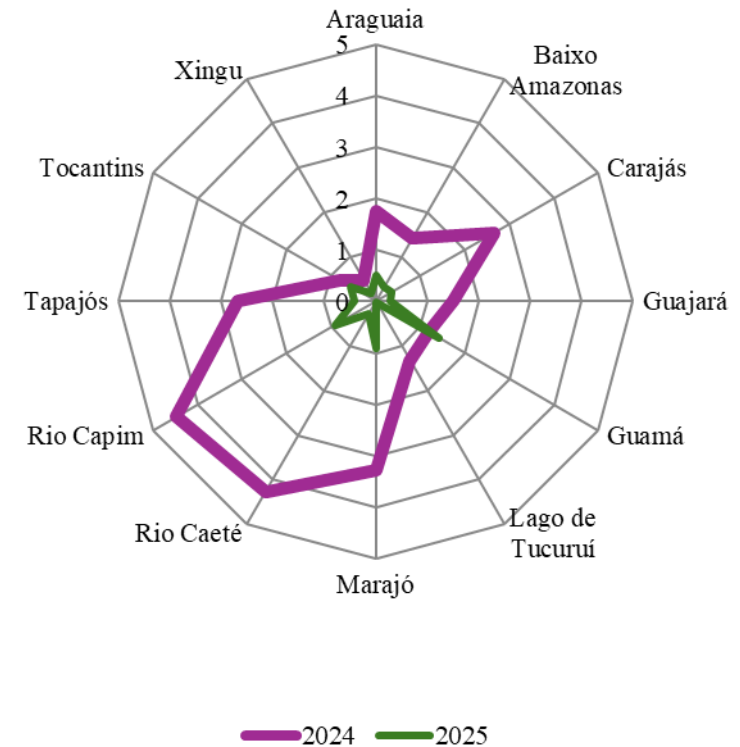
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 13: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Gráfico 14: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

A pessoa alfabetizada é a que tem a habilidade de ler, escrever e interpretar textos simples no idioma que conhece. O número de pessoas nessa condição tem aumentado em algumas regiões brasileiras. As taxas de alfabetização, em 2025, foram de 94,9% (Brasil), 93,3% (Pará) e 97,6% (RM Belém), demonstrando que a área metropolitana alcançou melhor taxa do que o Pará e o Brasil; podendo ter como causa melhor eficiência na aplicação de políticas públicas voltadas para essa demanda educacional. Observa-se ainda elevação de 0,5 p.p. (Brasil) e 0,4 p.p. (Pará), e retração de -0,3 p.p. na RM Belém (Tabela 10).

Tabela 10: Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos de idade ou mais, Brasil, Pará e RMB, 2024-2025.

Nível Territorial	2024	2025
Brasil	94,40	94,90
Pará	92,90	93,30
RM Belém	97,90	97,60

Fonte: IBGE-PNADC, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é quando o aluno está cursando série/ano abaixo do que é recomendado para sua idade. Pode estar relacionada ao ambiente escolar ou à política educacional adotada, mas também a fatores externos como dificuldade de aprendizagem, estrutura familiar fragilizada ou ainda contextos socioeconômicos diversos.

Trata-se de uma problemática no meio educacional e social, podendo ocasionar evasão e abandono escolar; aumento na exclusão social no mercado de trabalho; e implica no desenvolvimento social devido ao baixo nível de instrução.

Em 2025, a taxa de distorção idade-série no estado do Pará foi de 19,3% no ensino fundamental e de 28,4% no ensino médio. Em comparação a 2024, observou-se redução em ambas as etapas de ensino, de 10,2% no ensino fundamental e de 8,7% no ensino médio.

Entre as Regiões de Integração, as maiores taxas de distorção idade-série no ensino fundamental foram observadas em Marajó (29,61%) e Tocantins (24,31%), enquanto as menores ocorreram em Guajará (12,16%) e Carajás (17,50%). No ensino médio, as maiores taxas foram registradas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

em Marajó (42,28%) e Tocantins (37,00%), enquanto as menores ocorreram em Guajará (23,46%) e Baixo Amazonas (29,32%).

Na comparação entre 2025 e 2024, todas as 12 Regiões de Integração reduziram as taxas de distorção idade-série tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. A Região de Integração Rio Caeté apresentou a maior redução relativa nas duas etapas de ensino, com diminuição de 16,3% no ensino fundamental e de 10,3% no ensino médio, evidenciando avanço mais expressivo na correção do fluxo escolar.

Marajó	32,97	29,61	43,40	42,28
Rio Caeté	20,66	17,29	37,23	33,39
Rio Capim	21,51	19,08	34,91	31,50
Tapajós	23,65	21,38	36,43	35,40
Tocantins	27,14	24,31	39,07	37,00
Xingu	24,34	22,27	32,29	30,75

Fonte: MEC-INEP, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

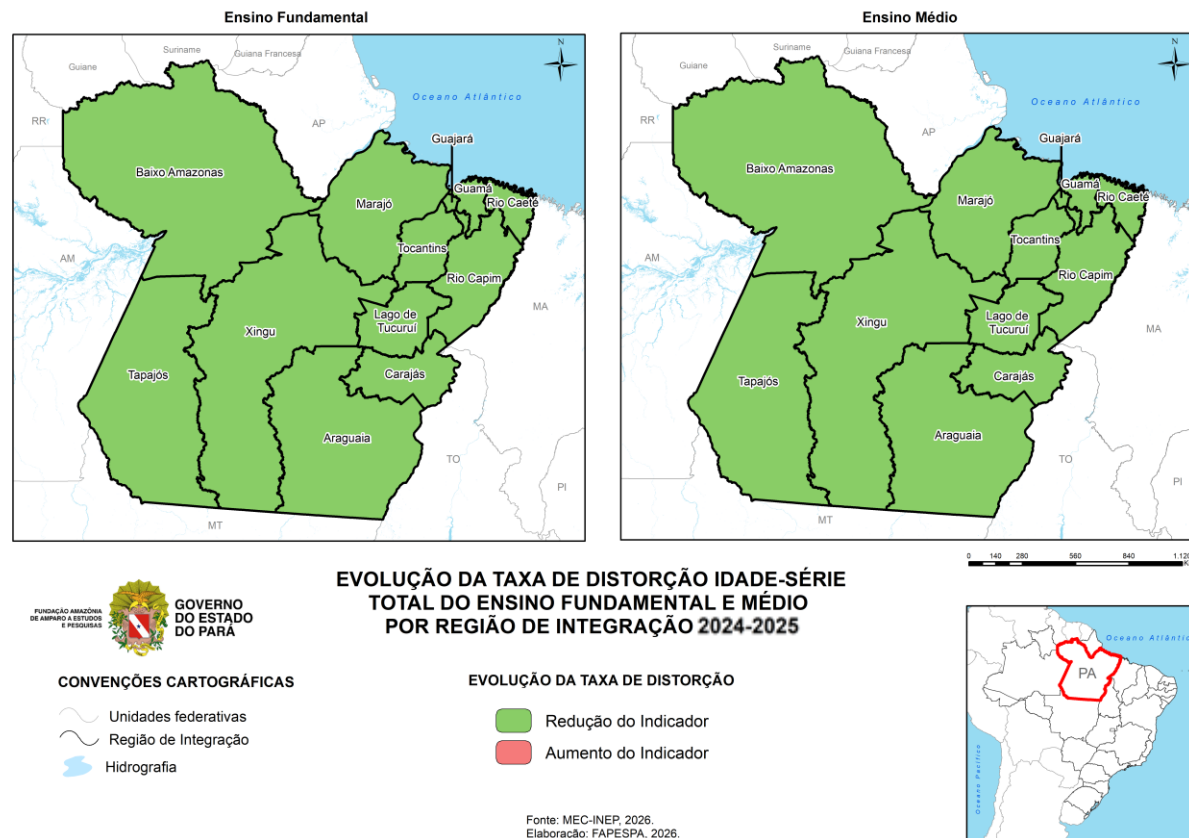
Tabela 11: Taxa de distorção idade-série (%) dos Ensinos Fundamental e Médio do estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

ESTADO/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2024	2025	2024	2025
Pará	21,50	19,30	31,10	28,40
Araguaia	22,10	19,05	31,43	28,95
Baixo Amazonas	19,22	18,04	31,15	29,32
Carajás	19,31	17,50	32,97	30,37
Guajará	14,06	12,16	27,80	23,46
Guamá	22,49	20,36	35,60	33,12
Lago de Tucuruí	27,01	25,13	35,11	30,69



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

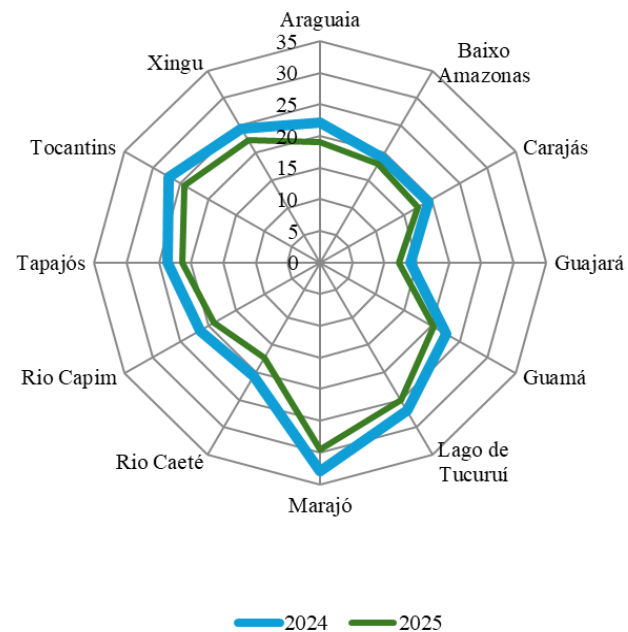
Figura 7: Evolução da taxa de distorção idade-série total dos Ensinos Fundamental e Médio por Região de Integração, 2024–2025.





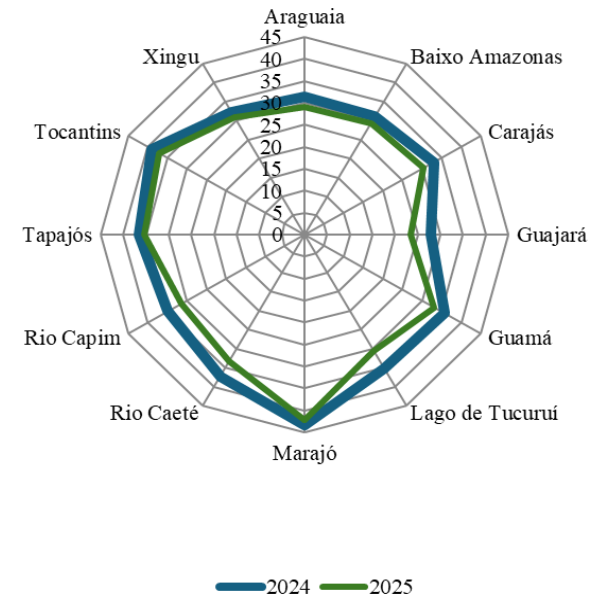
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 15: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Gráfico 16: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração 2024-2025.



Fonte: MEC-INEP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

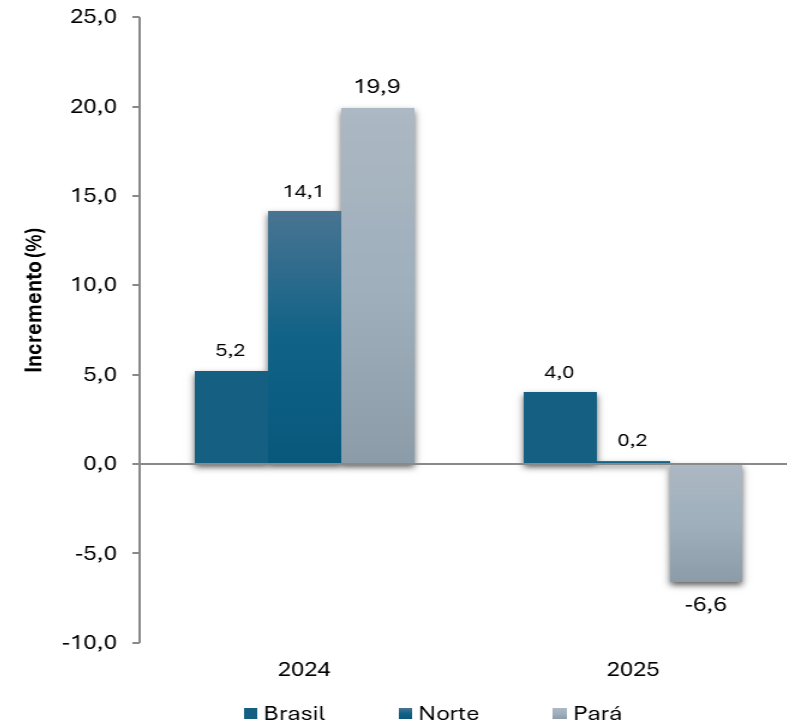


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

INCREMENTO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

O Gráfico 17 mostra que, entre 2024 e 2025, todas as unidades geográficas analisadas apresentaram redução no incremento de estudantes do ensino superior. O Pará registrou a mudança mais expressiva, passando de 19,9% em 2024 para -6,6% em 2025, o que representa uma queda de 26,5 p.p.. Na Região Norte, o indicador reduziu de 14,1% para 0,2%, correspondendo a uma diminuição de 13,9 p.p.. Já o Brasil apresentou retração mais moderada, passando de 5,2% para 4,0%, redução de 1,2 p.p..

Gráfico 17: Incremento (%) de estudantes do Ensino Superior, no Brasil, Região Norte e Pará – 2024-2025.



Fonte: IBGE-PNADC/FAPESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota: A partir de 2025, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base na nova ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 02/2025. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada. Atualização até 10/03/2026



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Educação

Entre 2024 e 2025 foram entregues 14 creches em 14 municípios paraenses; 53 escolas foram reconstruídas, enquanto 135 receberam melhorias na infraestrutura, com orçamentos na média de R\$ 253 milhões. Também houve incentivo à modernização e aparelhamento no ambiente escolar em 128 municípios com entrega de equipamentos e materiais de uso permanente, contemplando as 12 regiões de integração.

Esse aparelhamento contribuiu para a ampliação do ensino integral para 162 instituições da rede estadual. O Pará teve melhor resultado no IDEB, saindo do 26º lugar para a 6ª posição. O ensino regular junto com o profissionalizante atendeu 78 mil jovens e adultos em 2025 (SEPLAD, 2026).

No que se refere à qualificação e valorização profissional, cerca de 26 mil profissionais da educação receberam formação continuada e/ou jornadas pedagógicas no último ano.

Na educação superior, ganha relevância as políticas de cotas para inclusão de quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos processos seletivos; assim como aos candidatos de baixa renda diminuindo

a desigualdade no acesso ao ensino. Além disso, foram contratadas 2.377 bolsas de fomento à pesquisa.



5 SAÚDE

A dimensão da Saúde é analisada neste *Mapa da Exclusão Social do Pará* a partir dos seguintes indicadores, acompanhados nos anos de 2024 e 2025: **1)** cobertura por equipe Estratégia Saúde da Família; **2)** leitos de internação hospitalar; **3)** taxa de mortalidade infantil; **4)** taxa de mortalidade materna; e **5)** proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal.

A análise adota como referência o Estado do Pará e suas 12 Regiões de Integração (RIs), base territorial que fundamenta a construção e aplicabilidade do Planejamento Plurianual (PPA) e do próprio Mapa da Exclusão Social. Cabe ressaltar que as políticas de saúde no estado também se alinham às diretrizes das 13 Regiões de Saúde¹ e quatro

Macrorregiões de Saúde², cujas delimitações geográficas não são equivalentes às das RIs³.

Contudo, independentemente do recorte territorial adotado, todas as abordagens fornecem subsídios para a análise estatística de políticas e ações sociais. A convergência entre essas regionalizações fortalece a tomada de decisão orientada à redução das desigualdades, das vulnerabilidades e das iniquidades sociais e regionais.

COBERTURA POR EQUIPE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Estratégia Saúde da Família (ESF) atua de forma decisiva na reorganização da Atenção Primária à Saúde (APS) no país, alinhando-se

¹ Conforme o Decreto nº 7.508/2011 e a Resolução CIT nº 1/2011, Região de Saúde é definida como o "espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde", devendo ser instituída pelo Estado em articulação com os municípios.

² Instituídas pela Resolução CIT nº 1/2011 e pelo Decreto nº 7.508/2011, as Macrorregiões de Saúde agrupam diferentes Regiões de Saúde para o planejamento e a gestão integrada de serviços de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial em escala territorial ampliada.

³ Definidas pela Resolução nº 002/2004 como "espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico, cujos municípios mantêm integração física e econômica".



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

aos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) ao colocar a pessoa, a família e o território no centro do cuidado. A taxa de cobertura populacional da ESF mensura o alcance das equipes de atenção básica junto à população residente em determinado território. Reconhecida pelo Ministério da Saúde e pelas gestões subnacionais, a expansão e consolidação da ESF fortalece o processo de trabalho em saúde, amplia a resolutividade e demonstra elevada eficácia com excelente custo-benefício para a gestão pública (BRASIL, 2011).

A Tabela 12 apresenta a evolução da taxa de cobertura populacional estimada da ESF no Pará e em suas 12 Regiões de Integração (RIs), comparando os anos de 2024 e 2025. No consolidado estadual, a cobertura da APS registrou um avanço de 0,83 ponto percentual (p.p.) no período.

No âmbito regional, o indicador apresentou expansão em oito das 12 RIs, com destaque para a RI Guajará (15,89 p.p.), seguida por Xingu (4,42 p.p.), Carajás (3,52 p.p.), Marajó (3,06 p.p.), Tocantins (1,72 p.p.), Araguaia (1,25 p.p.), Tapajós (0,87 p.p.) e Rio Caeté (0,25 p.p.). Em contrapartida, quatro RIs registraram retração na cobertura populacional

estimável: Lago do Tucuruí (-1,06 p.p.), Baixo Amazonas (-0,33 p.p.), Rio Capim (-0,29 p.p.) e Guamá (-0,17 p.p.).

Tabela 12 - Taxa de cobertura populacional potencial⁴ da Atenção Primária à Saúde, no estado do Pará e Regiões de Integração (2024-2025).

ESTADO/RI	Taxa de Cobertura (%)	
	2024	2025
Pará	95,89	100,00
Araguaia	96,74	97,99
Baixo Amazonas	88,61	88,23
Carajás	67,53	71,05
Guajará	69,24	85,13
Guamá	97,82	97,65
Lago de Tucuruí	96,68	95,62
Marajó	87,05	90,11
Rio Caeté	99,75	100,00
Rio Capim	94,26	93,97
Tapajós	84,73	85,60
Tocantins	88,69	90,41
Xingu	80,42	84,84

Fonte: E-Gestor APS, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

⁴ *Nova metodologia para o cálculo da Cobertura Potencial da Atenção Primária à Saúde (APS). NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-SAPS/MS.

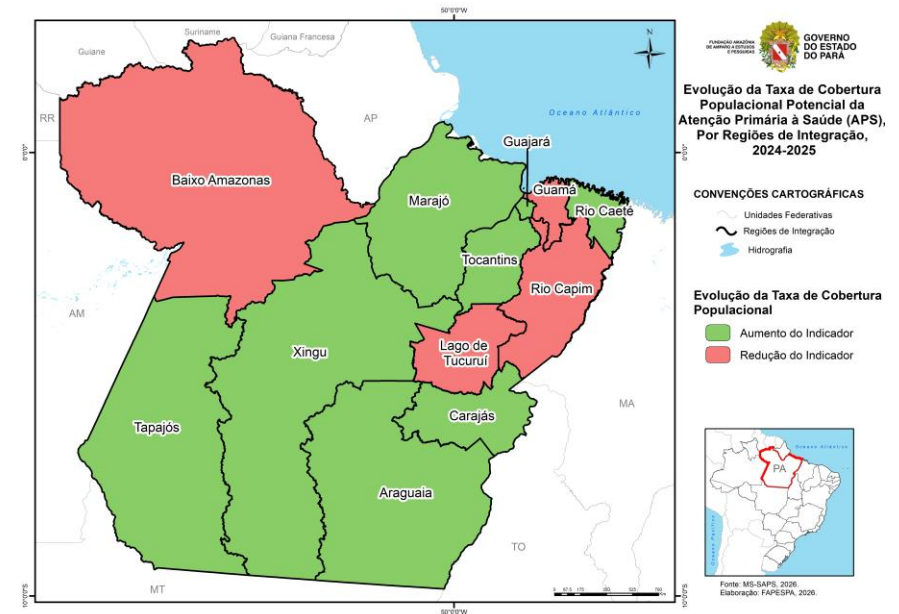


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Nota: Para o cálculo da taxa dos anos de 2024 e 2025 foi utilizada a população estimada divulgada pelo IBGE de 2024 e 2025, respectivamente. Com a população coberta limitada ao total da população estimada.

O Gráfico 18 detalha a expansão na taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) nas oito Regiões de Integração do estado do Pará que registraram crescimento entre 2024 e 2025. Complementarmente, a Figura 8 ilustra a evolução temporal consolidada desse indicador no âmbito estadual para o mesmo período.

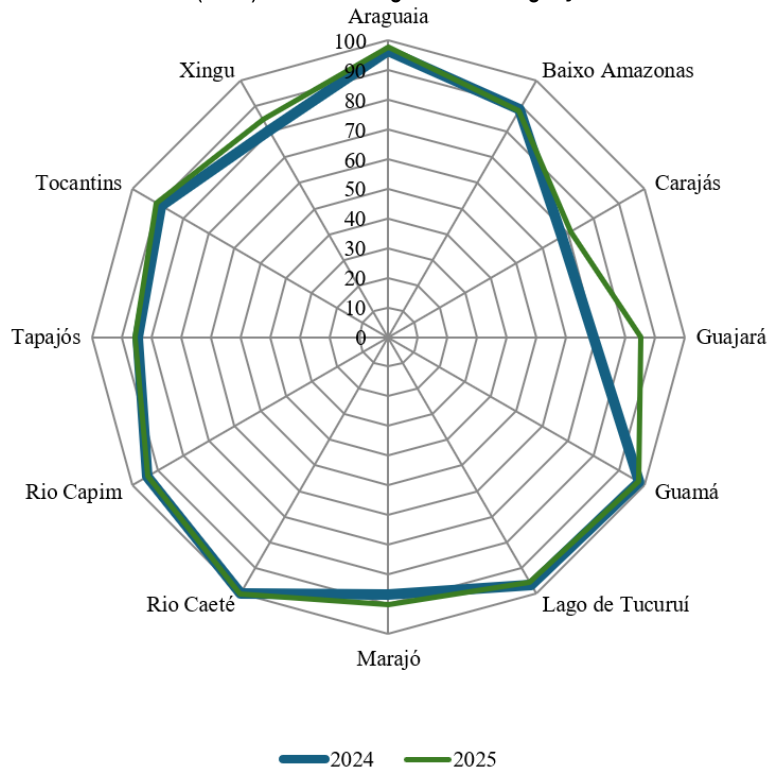
Figura 8: Evolução da taxa de cobertura populacional potencial da Atenção Primária à Saúde (APS) por Regiões de Integração 2024-2025.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 18: Comparação da taxa de cobertura populacional potencial⁵ da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2024-2025.



Fonte: E-Gestor APS, 2026..

⁵ *Nova metodologia para o cálculo da Cobertura Potencial da Atenção Primária à Saúde (APS). NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-SAPS/MS.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota: Para o cálculo da taxa dos anos de 2024 e 2025 foi utilizada a população estimada divulgada pelo IBGE de 2024 e 2025, respectivamente. Com a população coberta limitada ao total da população estimada.

LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALARES

A oferta de leitos de internação hospitalar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) — mensurada pelo índice de leitos por mil habitantes — é um indicador crítico para mensurar a capacidade instalada da rede pública. A gestão eficiente desse indicador assegura o acesso oportuno ao atendimento especializado, otimiza a alocação de recursos e fortalece a capacidade de resposta do sistema de saúde frente a emergências e demandas contingenciais.

No Pará, o indicador registrou trajetória de crescimento, atingindo a marca de 1,50 leito por mil habitantes em 2025, o que representa uma expansão de 0,02 leito por mil habitantes em relação a 2024.

Na análise territorial, a maioria das Regiões de Integração (RIs) acompanhou o movimento de expansão estadual na oferta de leitos. A única exceção ocorreu na RI Tocantins, que apresentou uma retração de -



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

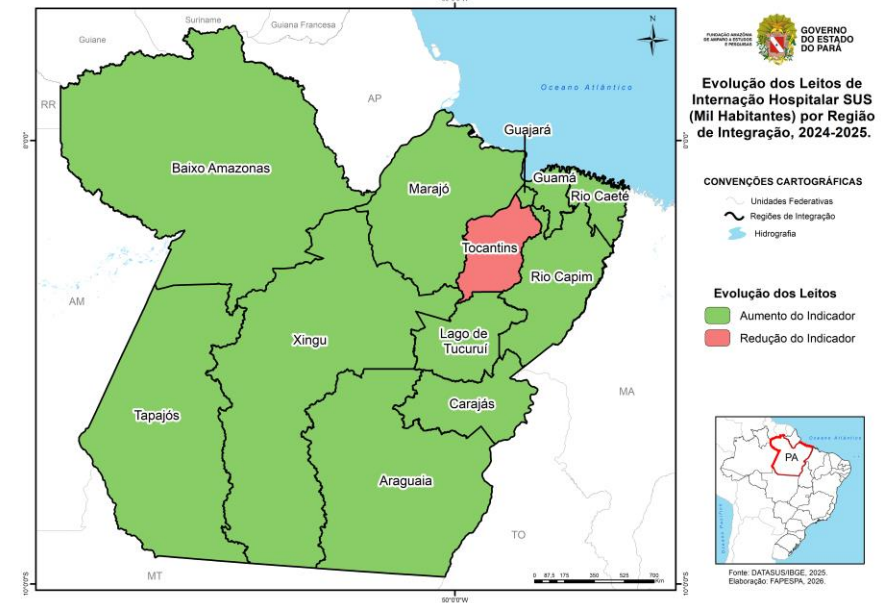
0,02 leito por mil habitantes no período, acendendo um sinal de atenção para o planejamento de infraestrutura hospitalar na região (Tabela 13).

Tabela 13 - Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no estado do Pará e Regiões de Integração (2024-2025).

ESTADO/RI	Leitos SUS por 1.000 habitantes	
	2024	2025
Pará	1,48	1,50
Araguaia	2,35	2,35
Baixo Amazonas	1,21	1,25
Carajás	1,01	1,03
Guajará	1,89	1,96
Guamá	1,50	1,50
Lago de Tucuruí	1,56	1,60
Marajó	0,93	0,93
Rio Caeté	1,59	1,59
Rio Capim	1,37	1,38
Tapajós	1,33	1,38
Tocantins	1,08	1,06
Xingu	1,52	1,52

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

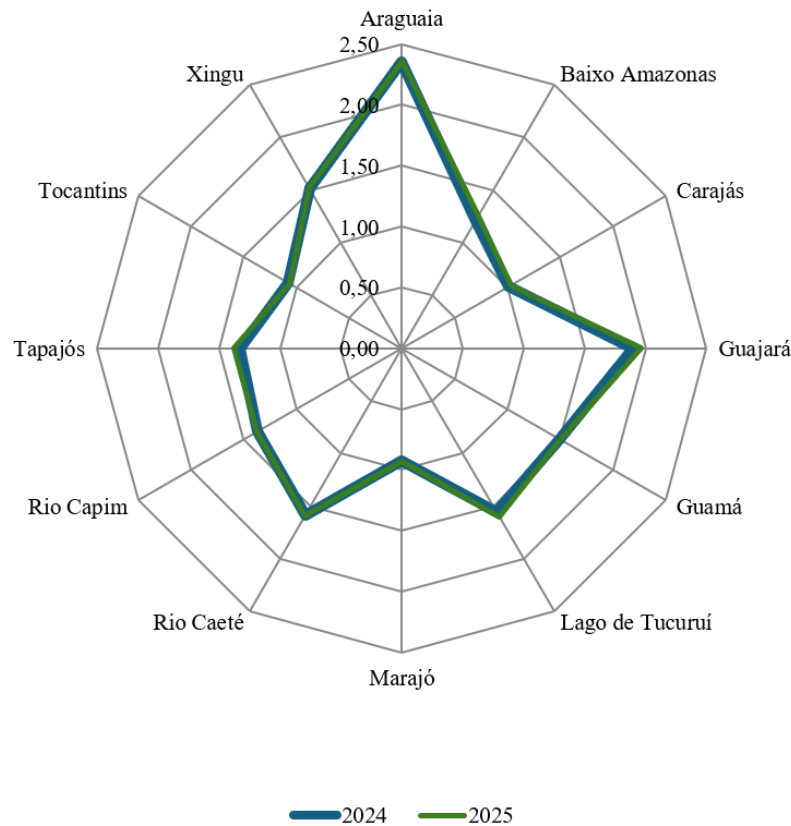
Figura 9: Evolução dos leitos de internação hospitalar SUS (Mil Hab.) por Região de Integração, 2024-2025.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 19: Comparação dos leitos de internação hospitalares SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) — expressa pelo número de óbitos de crianças menores de um ano para cada mil nascidos vivos de mães residentes — constitui um indicador convencional para aferir o nível de desenvolvimento socioeconômico, a qualidade da infraestrutura urbana e a resolutividade das políticas públicas de saúde materno-infantil.

A análise metodológica do indicador nos períodos neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), neonatal tardio (7 a 27 dias) e pós-neonatal (28 dias ou mais) possibilita identificar com precisão falhas operacionais na rede assistencial, desde o acompanhamento gestacional e perinatal até o desenvolvimento da primeira infância.

A mitigação desse indicador figura como meta central da gestão pública. O declínio sustentado da TMI vincula-se historicamente a avanços em determinantes sociais e estruturais, tais como ampliação da cobertura vacinal, segurança alimentar infantil, elevação da escolaridade materna e expansão do acesso à água tratada e saneamento básico.

Dessa forma, além de mensurar perdas precoces, o indicador consolida-se como um termômetro de equidade social, oferecendo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

subsídios empíricos indispensáveis ao fortalecimento das redes de saúde e proteção social no Pará.

Os dados preliminares de 2025 indicam uma trajetória de redução da mortalidade infantil no Pará, com a taxa caindo de 15,22 para 14,79 óbitos por mil nascidos vivos em relação a 2024 (Tabela 14).

Apesar da retração no indicador estadual, a análise por Região de Integração (RI) evidencia disparidades territoriais expressivas na distribuição do risco. Entre as maiores taxas registradas estão nas RIs Lago do Tucuruí (16,07), Baixo Amazonas (15,98), Araguaia (15,63) e Guajará (15,04) que apresentaram os índices mais elevados do estado, figurando acima da média paraense.

Já a maior variação ocorreu na RI Lago do Tucuruí registrou a elevação mais acentuada no período, com acréscimo de 2,70 pontos no indicador. Em relação as maiores reduções foram observadas aparecem as RIs Guamá (-1,38), Marajó (-0,85), Guajará (-0,75) e Rio Caeté (-0,55).

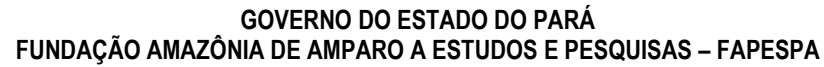
Tabela 14: Taxa de mortalidade infantil (menores de 01 ano, por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

ESTADO/RI	Taxa de Mortalidade Infantil	
	2024	2025
Pará	15,22	14,79
Araguaia	15,20	15,63
Baixo Amazonas	16,73	15,98
Carajás	15,63	13,63
Guajará	15,79	15,04
Guamá	14,42	13,04
Lago de Tucuruí	13,37	16,07
Marajó	15,77	14,92
Rio Caeté	15,17	14,62
Rio Capim	13,32	14,39
Tapajós	22,53	19,16
Tocantins	13,90	13,43
Xingu	11,24	14,54

Fonte: SESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
 Associação Nacional de Municípios Brasileiros

Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por Mil Nascidos Vivos) por Região de Integração, 2024-2025.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Unidades Federativas
- Regiões de Integração
- Hidrografia

Evolução da Taxa de Mortalidade

- Redução do Indicador
- Aumento do Indicador

Fonte: SESPA, 2026.
 Elaboração: FAPESPA, 2026.

The radar chart displays the number of water bodies for 12 municipalities in Pará, comparing the years 2024 (blue line) and 2025 (green line). The radial axis represents the count, ranging from 0.00 to 25.00 in increments of 5.00. The municipalities are arranged clockwise from the top: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins, and Xingu.

Município	2024	2025
Araguaia	15	15
Baixo Amazonas	15	15
Carajás	10	10
Guajará	10	10
Guamá	10	10
Lago de Tucuruí	10	10
Marajó	10	10
Rio Caeté	10	10
Rio Capim	10	10
Tapajós	20	10
Tocantins	10	10
Xingu	10	10

Nota : O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

A Taxa de Mortalidade Maternal, calculada pela razão entre o número de óbitos femininos decorrentes de complicações na gravidez, no parto ou no puerpério e o total de cem mil nascidos vivos de mães residentes em determinado período, configura-se como um indicador de extrema relevância para a vigilância epidemiológica e a avaliação das políticas de saúde pública.

Este indicador é indispensável para mensurar a resolutividade e a qualidade da assistência prestada à saúde da mulher, permitindo identificar disparidades territoriais e grupos populacionais expostos a maiores fatores de risco, de modo a subsidiar o direcionamento de investimentos estruturais e ações emergenciais.

Uma vez que a maioria dessas mortes decorre de causas amplamente evitáveis, o monitoramento sistemático desta taxa fornece insumos estratégicos para o fortalecimento da rede cegonha, a qualificação do atendimento obstétrico de urgência e a consolidação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos reprodutivos, do bem-estar e da integridade física das mulheres no Pará.

De acordo com os dados da Tabela 15, o Estado do Pará registrou elevação na Taxa de Mortalidade Materna em 2025, passando de 70,20 para 75,97 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Esse movimento representa um incremento de 5,77 pontos no indicador estadual, evidenciando a necessidade de reforçar as estratégias de atenção pré-natal, assistência ao parto e suporte às emergências obstétricas no território paraense.

Apesar da alta verificada na média estadual, a análise territorial revela um cenário heterogêneo entre as 12 Regiões de Integração (RIs). Em oito delas observou-se trajetória de queda no indicador, com reduções mais expressivas registradas no Rio Capim (-79,74 pontos), Rio Caeté (-41,04 pontos), Baixo Amazonas (-30,44 pontos) e Lago do Tucuruí (-22,10 pontos), além de recuos de menor magnitude nas RIs Tapajós (-4,31 pontos), Xingu (-2,31 pontos), Guamá (-1,54 ponto) e Araguaia (-0,94 ponto).

Em contrapartida, o aumento da média geral do estado foi impulsionado por acréscimos acentuados nas quatro regiões restantes. O avanço mais expressivo ocorreu na RI Tocantins, que registrou elevação de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

193,16 pontos na taxa, seguida por elevações significativas no Marajó (80,36 pontos), Guajará (62,14 pontos) e Carajás (13,40 pontos).

Nota: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

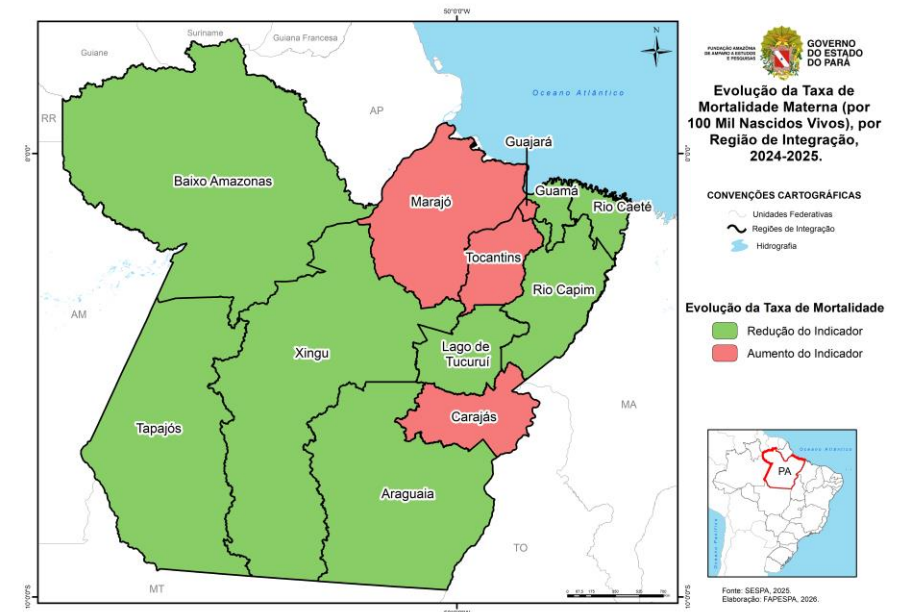
Tabela 15 - Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) no estado do Pará e Regiões de Integração (2024-2025).

ESTADO/RI	Óbito Materno por 100 mil Nascidos Vivos	
	2024	2025
Pará	70,20	75,97
Araguaia	100,40	99,45
Baixo Amazonas	124,75	86,77
Carajás	80,57	91,37
Guajará	44,85	72,72
Guamá	70,35	69,26
Lago de Tucuruí	104,43	81,35
Marajó	43,80	79,00
Rio Caeté	73,65	43,42
Rio Capim	55,95	11,33
Tapajós	100,13	95,81
Tocantins	32,91	96,48
Xingu	79,19	77,36

Fonte: SESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

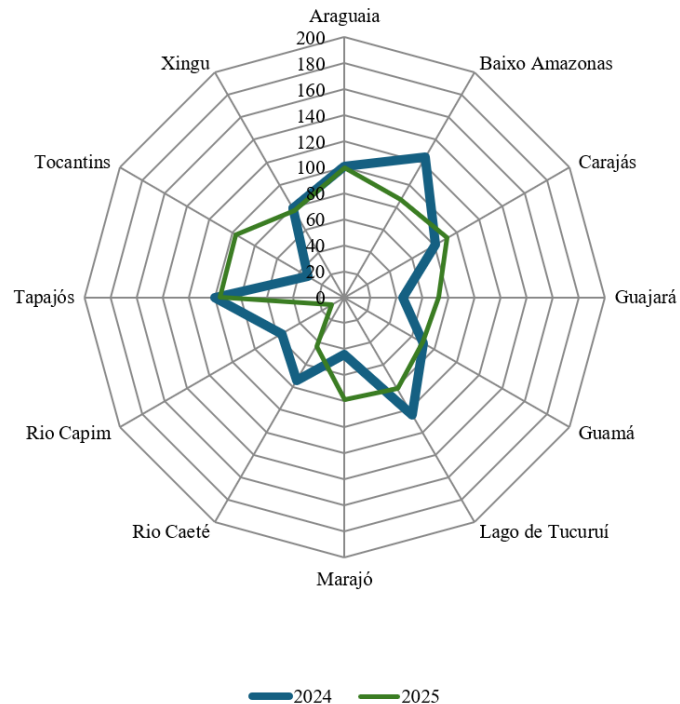
Figura 11: Evolução da taxa de mortalidade materna por Região de Integração, 2024-2025.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 21: Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração 2024-2025*.



Fonte: SESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM SETE OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

A proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal constitui um indicador estratégico para aferir a cobertura e a qualidade da atenção primária à saúde materna no Estado do Pará. O acompanhamento pré-natal sistemático e adequado amplia o acesso a orientações sobre hábitos saudáveis e nutrição, além de viabilizar a prevenção e o diagnóstico precoce de intercorrências gestacionais, reduzindo significativamente complicações no parto e no puerpério. Por sua sensibilidade, a métrica subsidia o planejamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil.

Em 2025, o Pará registrou um avanço de 3,63% na proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal em comparação ao ano de 2024 (Tabela 16). Contudo, a distribuição espacial do indicador revela trajetórias distintas entre as Regiões de Integração (RIs). O crescimento estadual foi impulsionado pelo desempenho positivo de nove regiões, destacando-se a RI Rio Capim com a expansão mais expressiva (22,82%), seguida pelas RIs Marajó (13,03%), Tocantins



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

(12,33%), Tapajós (4,24%), Araguaia (4,01%), Rio Caeté (2,92%), Baixo Amazonas (1,62%), Carajás (1,40%) e Guamá (0,22%).

Em contrapartida, três Regiões de Integração apresentaram retração na cobertura do pré-natal adequado no mesmo período, com quedas observadas nas RIs Lago do Tucuruí (-7,61%), Guajará (-4,37%) e Xingu (-2,24%).

A variação territorial apurada entre 2024 e 2025 (Gráfico 22) sinaliza a necessidade de intervenções focalizadas nas regiões em declínio, visando mitigar as disparidades no acesso à atenção básica e assegurar a universalização do acompanhamento gestacional no estado.

Guajará	55,32	52,90
Guamá	69,57	69,73
Lago de Tucuruí	67,50	62,36
Marajó	42,18	47,68
Rio Caeté	71,85	73,95
Rio Capim	57,17	70,22
Tapajós	65,76	68,55
Tocantins	59,49	66,83
Xingu	67,39	65,88

Fonte: SESPA, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

Tabela 16 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no estado do Pará e Regiões de Integração (2024-2025).

ESTADO/RI	Mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%)	
	2024	2025
Pará	62,74	65,02
Araguaia	75,03	78,04
Baixo Amazonas	71,24	72,40
Carajás	71,07	72,07



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 12: Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%) por Região de Integração, 2024-2025.

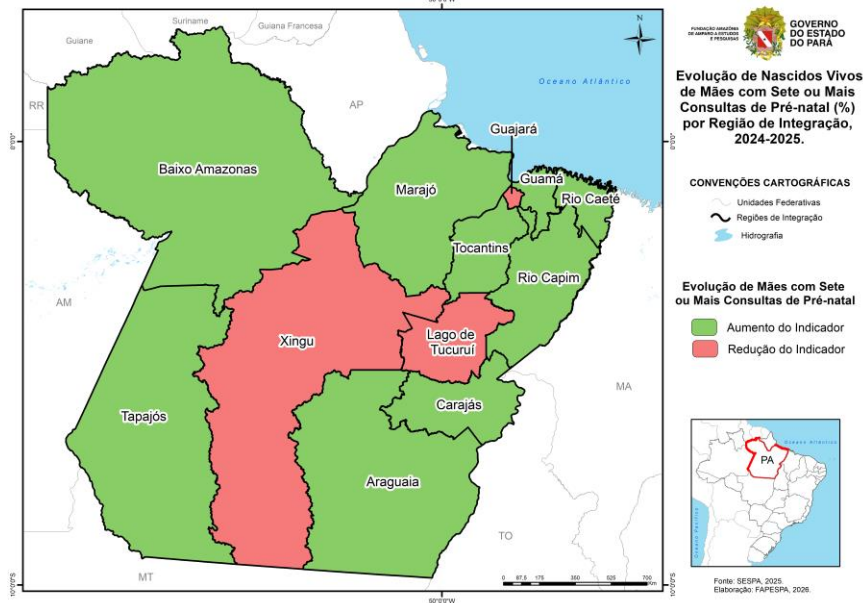
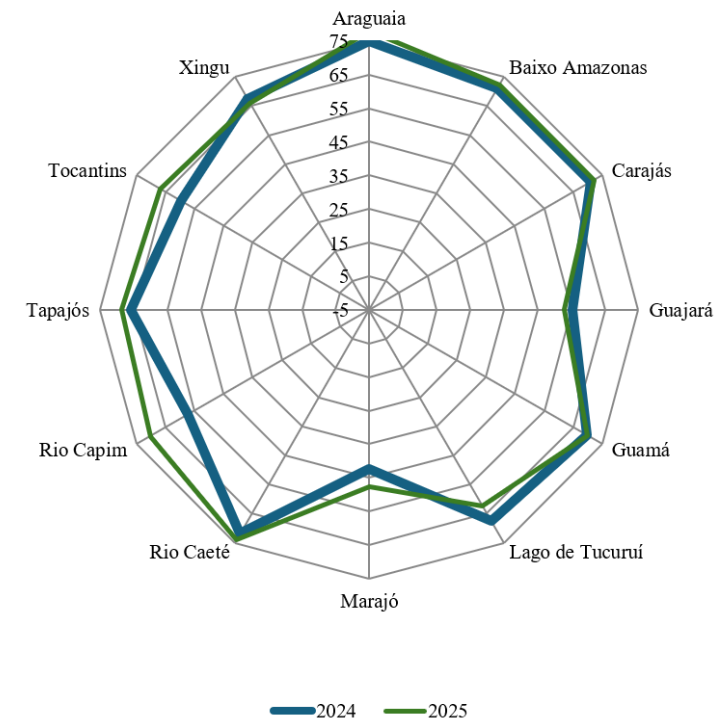


Gráfico 22: Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração 2024-2025*.



Fonte: SESPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.
Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Saúde

A estratégia de regionalização da saúde no Pará, focada na descentralização e na expansão da alta complexidade, recebeu investimentos superiores a R\$ 625 milhões no último triênio para a construção de cinco novos hospitais. Esse aporte viabilizou a abertura de leitos no Hospital Regional da PA-279 (120 leitos), Hospital Regional de Rio Maria (31 leitos), Hospital Regional Menino Jesus (35 leitos) e no Hospital Pronto-Socorro de Belém (95 leitos), além da implantação do Hospital da Mulher do Pará em 2025, com 120 leitos especializados. Em paralelo, a cooperação com os municípios resultou na reconstrução e ampliação de 13 hospitais municipais no triênio, incluindo as unidades de Itupiranga, Limoeiro do Ajuru, Curralinho e São João do Araguaia em 2025.

O atendimento especializado foi ampliado com a inauguração da Policlínica e Natea Carajás em Marabá — fruto de um investimento de R\$ 27,6 milhões —, que passou a ofertar mais de 30 especialidades médicas para 17 municípios das regiões Carajás, Lago do Tucuruí e Rio Capim. No âmbito do autismo, a Política Estadual estruturou a oferta mensal de 1.470 vagas em unidades de Belém, Marabá, Capanema, Lago de Tucuruí e

Santo Antônio do Tauá, superando 500 mil atendimentos multidisciplinares e emitindo 20.506 carteiras de identificação (CIPTEA). Na vigilância em saúde, ações preventivas e a distribuição de insumos resultaram na redução de 28% nos casos de malária em 2025 em comparação ao triênio anterior. Por fim, o Programa Estadual de Transplantes consolidou, entre 2023 e 2025, a realização de 32 transplantes de fígado, 200 de rim, 1.371 de córnea, 76 de medula óssea e 15 de tecido músculo-esquelético, além da coleta de 317.544 bolsas de sangue, enquanto parcerias nacionais e internacionais impulsionaram o desenvolvimento de novas vacinas para o controle de endemias.



6 SANEAMENTO BÁSICO

No contexto do desenvolvimento regional do Pará, o saneamento básico constitui uma dimensão estruturante e indissociável da qualidade de vida, do desenvolvimento socioeconômico e da garantia dos direitos de cidadania. A precariedade ou ausência de infraestrutura sanitária adequada atua como um vetor de perpetuação das desigualdades sociais, correlacionando-se diretamente a agravos severos como a elevação da mortalidade infantil, a proliferação de doenças de veiculação hídrica e o comprometimento do desempenho educacional e da produtividade das populações vulneráveis. Inversamente, investimentos eficientes na universalização do saneamento — compreendido de forma integrada pelo abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial — mitigam as pressões fiscais e operacionais sobre a rede pública de saúde e potencializam os indicadores de bem-estar social.

Para diagnosticar a distribuição territorial dessa infraestrutura e orientar decisões estratégicas no âmbito deste Mapa da Exclusão Social, a análise operacionaliza as variáveis de percentual de domicílios com

abastecimento de água por rede geral, percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado via rede coletora ou fossa séptica e percentual de domicílios com coleta direta de lixo.

Essas métricas são desagregadas geograficamente entre a média do estado do Pará, a Região Metropolitana de Belém (RMB) e os municípios localizados fora da RMB, evidenciando as assimetrias espaciais existentes e fornecendo insumos empíricos para o direcionamento de políticas públicas redistributivas.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em 2025, o estado do Pará registrou uma retração de -5,64% na proporção de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água em relação a 2024, reduzindo a cobertura estadual de 52,08% para 49,14%. Essa queda foi impulsionada sobretudo pelo desempenho do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

interior do estado (área fora da Região Metropolitana de Belém - RMB), onde o indicador sofreu um decréscimo de -10,90% no mesmo período.

Em contrapartida, a RMB apresentou expansão de 7,10% no acesso ao serviço, atingindo 61,64% dos domicílios em 2025. Os dados da Tabela 17 evidenciam a persistência de acentuadas assimetrias regionais: a infraestrutura hídrica permanece concentrada no polo metropolitano — de maior adensamento urbano —, enquanto o interior enfrenta acentuada fragilidade na cobertura do serviço básico.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Entre os serviços essenciais analisados na Tabela 17, o esgotamento sanitário (rede coletora ou fossa séptica) permanece com os menores níveis de atendimento no Pará, refletindo o severo déficit estrutural do estado. Em 2025, a cobertura estadual registrou uma retração de -1,96% em relação a 2024, movimento impulsionado prioritariamente pela retração do serviço no interior.

A área fora da Região Metropolitana de Belém (RMB) sofreu uma queda de -14,40% no indicador, reduzindo a proporção de domicílios

atendidos de 11,18% em 2024 para 9,57% em 2025. Em sentido oposto, a RMB apresentou expansão de 7,82% no mesmo período, mantendo a maior concentração do serviço no estado. Os dados reafirmam a acentuada disparidade territorial do esgotamento sanitário, cujo déficit atinge patamares críticos fora do eixo metropolitano.

COLETA DE LIXO

A coleta de lixo é o serviço com maior abrangência e cobertura domiciliar entre os indicadores de saneamento básico analisados na Tabela 17. No estado do Pará, o índice alcançou 76,07% em 2025, apresentando enquanto em 2024 registrava 76,57%.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), o serviço manteve-se próximo do atendimento universal, atingindo 97,67% dos domicílios em 2025 frente aos 95,88% observados em 2024. Já no interior do estado (área fora da RMB), a cobertura passou de 69,51% (2024) para 68,24 (2025). No período de 2024 a 2025, o comportamento do indicador caracterizou-se pela estabilidade geral em todas as frações territoriais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e fora da RMB, nos anos de 2024 a 2025.

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios com água em rede geral	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo direta
Pará	2024	52,08	19,38	76,57
	2025	49,14	19,00	76,07
RM Belém	2024	57,55	41,54	95,88
	2025	61,64	44,79	97,67
Fora da RMB	2024	50,08	11,18	69,51
	2025	44,62	9,57	68,24

Fonte: IBGE-PNADC, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

AÇÕES DO GOVERNO – Saneamento

A preparação para a COP30 ajudou a resolver problemas antigos de alagamento e a expandir o saneamento básico em Belém, com obras de drenagem e melhorias urbanas. Na Bacia do Tucunduba, as obras integradas de retificação, pavimentação, urbanização e implantação de redes de água, esgoto e drenagem transformaram importantes vias: o

Canal da Timbó (com mais de 1 km) e os Canais da Vileta e Leal Martins beneficiaram, cada um desses projetos, mais de 300 mil moradores; o Canal da Gentil teve 1.421 metros reconstruídos com a adição de cinco pontes e oito passarelas; e o Canal da União (350 metros) recebeu três passarelas e uma ponte, elevando a qualidade de vida de outras 300 mil pessoas. Complementarmente, a requalificação de 1.114 metros do Canal da Cipriano Santos, na Terra Firme, eliminou pontos críticos de inundação e dotou a área de redes de saneamento, ciclofaixas e passarelas, alcançando cerca de 500 mil habitantes.

O salto na infraestrutura sanitária da capital foi consolidado com a entrega da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Una, a maior do Pará. Instalada em uma área superior a 23 mil m² e fruto de um investimento que ultrapassou R\$ 134 milhões, a ETE Una possui capacidade para tratar 475 litros de esgoto por segundo. Essa operação contribui diretamente para a despoluição da Bacia do Una e atende mais de 90 mil moradores distribuídos por dez bairros de Belém, constituindo um marco decisivo para a saúde pública e para a universalização do saneamento na Região Metropolitana.



7 HABITAÇÃO

A habitação, concebida para além do mero abrigo físico como o espaço dinâmico de reprodução da vida doméstica e social, constitui um direito fundamental assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, atuando como vetor indispensável para a inclusão, a dignidade humana e o desenvolvimento integrado, em sinergia com as áreas de assistência social, saúde, trabalho e renda. Essa centralidade estratégica converge com as diretrizes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) da Agenda 2030 da ONU, particularmente com a Meta 11.1, voltada à universalização do acesso à moradia digna, adequada e segura, e à qualificação de assentamentos precários com foco em grupos vulnerabilizados.

Nesse cenário, este Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará avalia as condições de habitabilidade sob a proteção da Lei Estadual nº 8.327/2015, estruturando sua análise a partir de indicadores que aferem o percentual de domicílios improvisados, a densidade excessiva de moradores por dormitório, a proporção de residências sem banheiro de uso

exclusivo, o percentual de moradias construídas com paredes de materiais não duráveis e a taxa de domicílios sem acesso à iluminação elétrica. Ao examinar a série histórica de 2020 a 2024 sob recortes geográficos que contrastam a realidade do estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém (RMB) e dos municípios localizados fora da RMB, o diagnóstico oferece subsídios empíricos robustos para identificar disparidades regionais, orientar o planejamento habitacional de interesse social e direcionar investimentos estaduais voltados à redução do déficit qualitativo de moradia.

DOMICÍLIOS IMPROVISADOS

Os dados da Tabela 18 indicam que a proporção de domicílios improvisados no Pará, na Região Metropolitana de Belém (RMB) e no interior do estado permaneceu em patamares residuais, registrando valores inferiores a 1% em todo o período analisado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

No entanto, observou-se uma tendência generalizada de elevação no indicador entre 2024 e 2025. No estado do Pará, a proporção de domicílios improvisados cresceu 0,21%. Na RMB, o incremento foi de 0,41%. Já na área fora do eixo metropolitano, o indicador dobrou, registrando uma variação relativa de 100,00% ao passar de 0,15% em 2024 para 0,30% em 2025. Embora as taxas permaneçam contidas em valores absolutos baixos, a expansão no interior sinaliza a necessidade de monitoramento da vulnerabilidade habitacional.

DENSIDADE EXCESSIVA DE MORADORES

De acordo com a Tabela 18, o indicador de densidade excessiva de moradores por dormitório apresentou redução em todos os recortes territoriais analisados entre 2024 e 2025. No estado do Pará, o percentual diminuiu de 4,46% para 4,42%, correspondendo a uma redução absoluta de 0,04 P.P. e a um decréscimo relativo de 0,89% no período.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) registrou a maior redução relativa, passando de 4,60% em 2024 para 4,52% em 2025 (-1,74%), embora permaneça com o maior percentual de adensamento excessivo entre as áreas analisadas. Fora da RMB, o indicador reduziu-se de 4,41%

para 4,38%, correspondendo a uma variação relativa de -0,68%. Em conjunto, os resultados sugerem uma leve melhora nas condições de adensamento domiciliar no estado.

Tabela 18 - Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores por dormitório no Pará, RMB e fora da RMB (2024-2025).

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios improvisados	Densidade excessiva de moradores por dormitório ¹
Pará	2024	0,15	4,46
	2025	0,36	4,42
RM Belém	2024	0,14	4,60
	2025	0,55	4,52
Fora da RMB	2024	0,15	4,41
	2025	0,30	4,38

Fonte: IBGE-PNADC, 2026.

Elaboração: FAPESPA, 2026.

Nota1: Indicador estimado pela Fapespa, pois oficialmente foi divulgado pelo IBGE até o ano de 2015.

DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO EXCLUSIVO

Os dados da Tabela 19 mostram uma redução expressiva na proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo no Pará e no interior do estado entre 2024 e 2025. No



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

âmbito estadual, o indicador registrou um decréscimo relativo de -13,44% no período.

A retração mais intensa ocorreu na área fora da Região Metropolitana de Belém (RMB), onde a escassez desse serviço recuou -14%, sinalizando avanço no acesso às instalações sanitárias básicas no interior. Por sua vez, a RMB apresentou estabilidade no indicador, mantendo a marca de 0,82% dos domicílios nessa condição em ambos os anos analisados — patamar substancialmente inferior ao observado no restante do estado.

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM PAREDES DE MATERIAL NÃO DURÁVEL

A presença de paredes construídas com materiais não duráveis constitui uma importante inadequação habitacional, pois compromete a segurança física e a proteção dos moradores. Segundo os dados da Tabela 19, a proporção de domicílios nessa situação no estado do Pará apresentou

uma elevação expressiva de 47,36% entre 2024 e 2025, subindo de 1,14% para 1,68%.

Esse avanço no indicador estadual foi impulsionado pelo comportamento do interior (área fora da Região Metropolitana de Belém - RMB), onde o percentual de habitações com estruturas não duráveis saltou 58,78% no mesmo período. Em contrapartida, a RMB registrou uma trajetória favorável, com recuo de -20,28% no indicador entre 2024 e 2025, evidenciando uma acentuada divergência entre a dinâmica metropolitana e a do interior quanto à qualidade das edificações habitacionais.

DOMICÍLIOS SEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

Os dados da Tabela 19 evidenciam um importante avanço na universalização do acesso à energia elétrica no Pará, com retração do déficit em todas as frações territoriais entre 2024 e 2025. No âmbito estadual, a proporção de domicílios sem iluminação elétrica registrou uma queda relativa de -36,50%, reduzindo o indicador de 0,63% em 2024 para 0,40% em 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A Região Metropolitana de Belém (RMB) alcançou a erradicação nominal dessa privação, zerando o percentual de domicílios sem eletricidade em 2025, ante os 0,14% observados em 2024. Já na área fora da RMB, o indicador apresentou um recuo de -31,25%, caindo de 0,80% para 0,55% dos domicílios. Embora o interior ainda concentre a totalidade dos domicílios não atendidos, o indicador aproxima-se de patamares residuais em todo o estado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica no Pará, RMB e fora da RMB (2024-2025).

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual de domicílios sem energia elétrica
Pará	2024	9,89	1,14	0,63
	2025	8,56	1,68	0,40
RM Belém	2024	0,82	0,69	0,14
	2025	0,82	0,55	0,00
Fora da RMB	2024	13,21	1,31	0,80
	2025	11,36	2,08	0,55

Fonte: IBGE-PNADC, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Habitação

A política habitacional e de desenvolvimento urbano do Pará consolidou, em 2025, avanços significativos na redução do déficit habitacional, na regularização fundiária e na promoção da sustentabilidade. Com investimentos diretos de R\$ 46,5 milhões na habitação de interesse social, o Estado ampliou o acesso à moradia digna, complementado pelo impacto do programa "Sua Casa". Voltado ao apoio para reformas e ampliações residenciais de famílias de baixa renda, o programa destinou mais de R\$ 273 milhões para beneficiar 30 mil domicílios em todo o território paraense.

Na capital, as ações de infraestrutura urbana e moradia foram marcadas pela entrega do Conjunto Habitacional "Curtume – Santo Antônio", no bairro da Terra Firme. Fruto de um investimento total de R\$ 93,69 milhões, o empreendimento dispõe de 400 unidades habitacionais distribuídas em 25 blocos de quatro pavimentos, beneficiando cerca de 1.600 pessoas com uma estrutura que inclui pista de rolamento, estacionamento, playground, áreas verdes e reservatório de água elevado. Paralelamente, o Estado fortaleceu a segurança jurídica e a inclusão social

em áreas urbanas consolidadas com ações de regularização fundiária em Tucuruí, Redenção e Castanhal, resultando na emissão de 1.832 matrículas imobiliárias individualizadas em cartório.

Alinhado às diretrizes sustentáveis do Plano Pará 2050 e impulsionado pela agenda da COP30, o Governo lançou o projeto inovador "Sua Casa COP30 – Habitação, Inovação e Sustentabilidade". Com foco prioritário em povos originários e comunidades tradicionais, a iniciativa viabilizou a construção de 45 moradias ecológicas na Ilha do Combu, em Belém. O projeto utiliza soluções arquitetônicas de baixo impacto adaptadas ao modo de vida ribeirinho, incorporando tecnologias sustentáveis como captação de água da chuva, energia solar, tratamento de resíduos por biodigestores e o uso pioneiro de tijolos ecológicos fabricados a partir do caroço de açaí, integrando desenvolvimento territorial e preservação ambiental.



8 SEGURANÇA PÚBLICA

Este tópico sobre segurança pública considera os indicadores sobre roubo, homicídio, homicídio no trânsito, detentos reincidentes e não reincidentes, reincidência de detentos egressos assistidos e reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com dados correspondentes aos anos de 2024 e 2025, no Pará e suas Regiões de Integração.

A segurança pública é compreendida na Constituição Brasileira como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”; e é operacionalizada a partir da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei nº 13.675/2018, que também instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Pode-se afirmar que a segurança pública está diretamente associada às diversas formas de violência e foi concebida para combatê-las. Trata-se, portanto, e mais especificamente, de um conjunto de

mecanismos e medidas que previnem a população contra perigos e danos à vida e ao patrimônio, entendidos como crimes.

Desse modo, a segurança pública é um sistema integrado com um conjunto de medidas em prol da justiça e defesa dos direitos, além da repressão, coação e vigilância. Portanto, é um processo que se inicia na prevenção, passa pela reparação do dano e finda na reinclusão do autor do crime à sociedade. Nesse contexto, os índices de educação, renda, emprego, saúde, assistência social, entre outros, corroboram para a concretude da segurança pública, pois podem sinalizar a mitigação de expressões históricas da questão social que atravessam o país e a região amazônica, com desigualdades e vulnerabilidades dos povos nativos.

TAXA DE ROUBO

A taxa de roubo por 100 mil habitantes no Pará foi de 342,43 em 2025, com redução de 69,67 em relação a 2024, quando acusou índice de 412,1. Considerando as RIs, a Guajará foi a que apresentou maior taxa



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

nos dois anos estudados, 2024 (1.047,67) e 2025 (933,09); seguidamente esteve a RI Guamá com 411,22 e 251,95, respectivamente. A RI com menor taxa de roubos foi Marajó, 83,8 e 60,25, sequencialmente.

Quase todas as RIs apresentaram retração na taxa, sendo exceção apenas a RI Xingu que aumentou 10,33 p.p. A maior variação negativa foi em Guamá (-159,27) e Guajará (-114,58).

Esta evolução da taxa de roubo também está representada na figura 13 e gráfico 23, onde é possível visualizar as RIs que conseguiram diminuir a taxa desse tipo de crime, bem como a que obteve crescimento nas ocorrências.

Lago de Tucuruí	131,70	97,04
Marajó	83,80	60,25
Rio Caeté	158,85	138,51
Rio Capim	170,90	128,70
Tapajós	162,81	119,13
Tocantins	248,82	197,70
Xingu	77,86	88,19

Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Tabela 20: Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024 e 2025.

ESTADO/RI	2024	2025
Pará	412,10	342,43
Araguaia	131,39	110,22
Baixo Amazonas	160,71	118,95
Carajás	334,33	238,08
Guajará	1.047,67	933,09
Guamá	411,22	251,95



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 13: Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2024-2025.

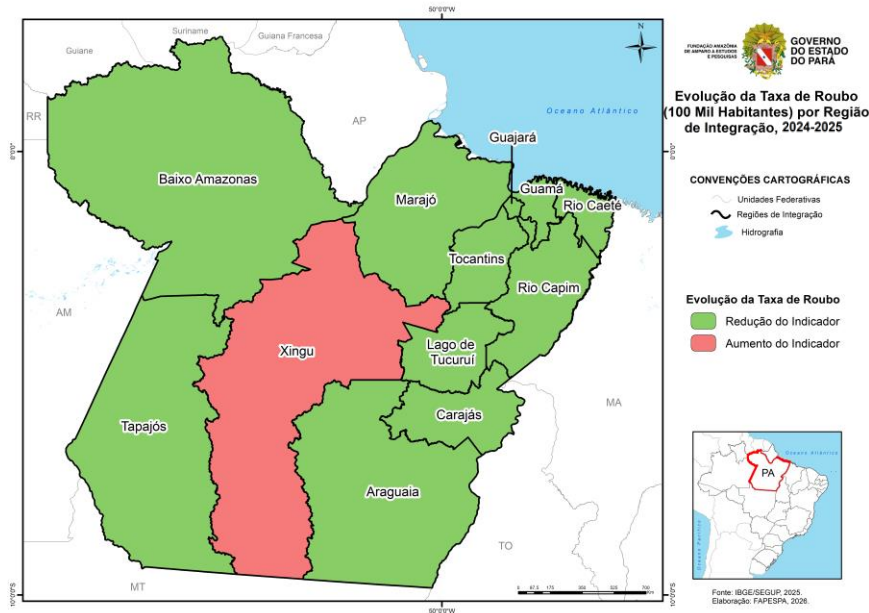
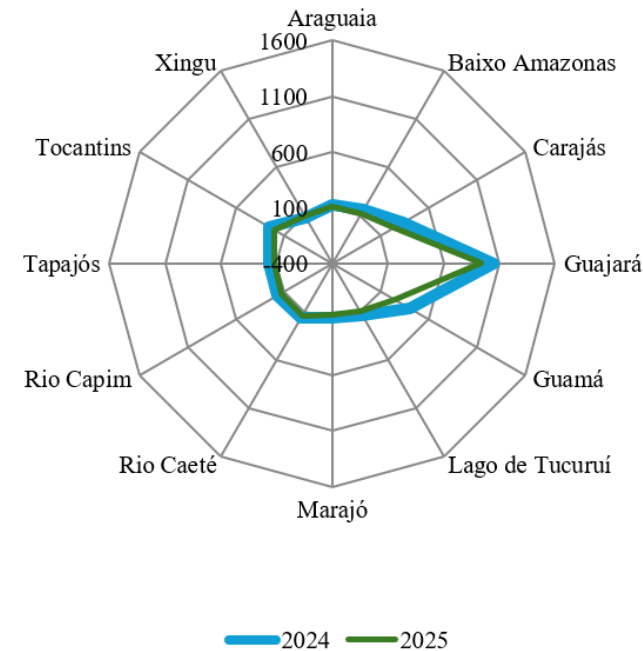


Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

TAXA DE HOMICÍDIO

A taxa de homicídio no Pará foi de 19,33 em 2025, com variação negativa de -2 em comparação com o ano anterior, como demonstra a



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

tabela 21. Concernente às RIs, observa-se que as três taxas mais elevadas de 2025 estiveram nas RIs Xingu (45,04), Lago de Tucuruí (33,14) e Tapajós (28,77); enquanto as menores foram registradas nas RIs Marajó (9,51), Guajará (12,28) e Tocantins (12,52).

Considerando a evolução do indicador, a maioria das regiões apresentaram diminuição na taxa de homicídios, com destaque para a RI Tapajós (-8,11) e Guajará (-4,78), que alcançaram maiores retrações. Dentre as exceções, que retrataram aumento da taxa de homicídios, Xingu apresentou maior variação (9,56), seguida de Baixo Amazonas (3,8).

Esta evolução da taxa de homicídios também está representada na figura 14 e gráfico 24, visualizando as regiões que cresceram ou diminuíram o indicador.

Guajará	17,06	12,28
Guamá	13,98	14,04
Lago de Tucuruí	33,00	33,14
Marajó	11,11	9,51
Rio Caeté	16,69	18,91
Rio Capim	30,32	28,70
Tapajós	36,88	28,77
Tocantins	16,28	12,52
Xingu	35,48	45,04

Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.

Tabela 21: Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024 e 2025.

ESTADO/RI	2024	2025
Pará	21,33	19,33
Araguaia	45,55	28,55
Baixo Amazonas	10,12	13,92
Carajás	27,54	27,49



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 14: Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2023–2024.

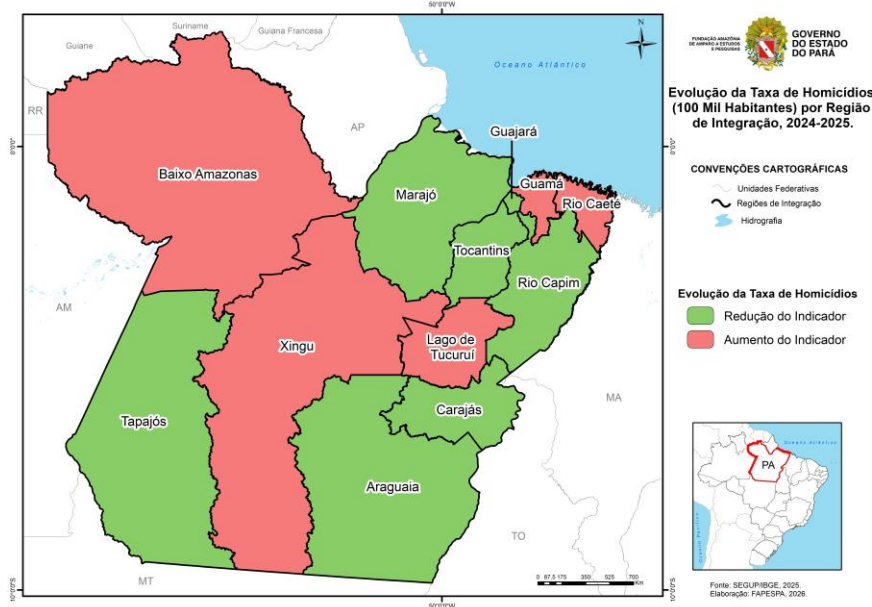
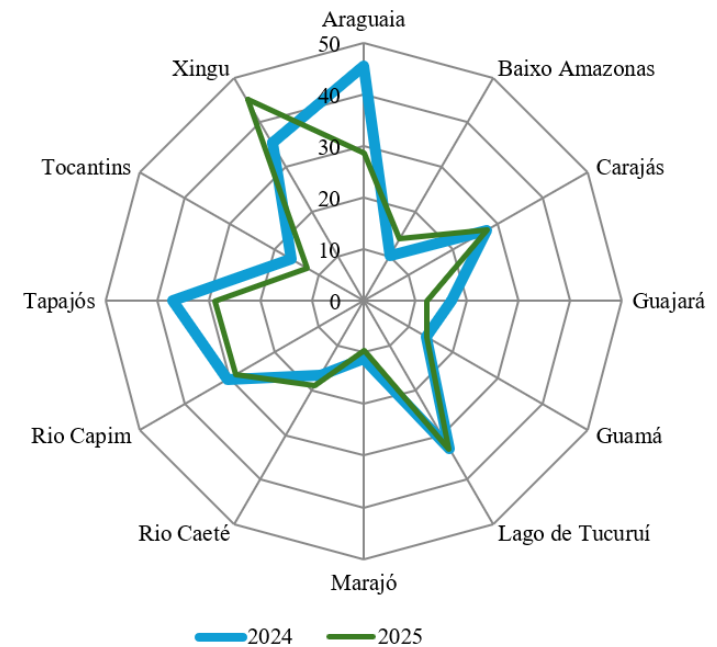


Gráfico 24: Comparação da taxa de homicídio (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração 2024-2025.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE HOMICÍDIO NO TRÂNSITO

A taxa de homicídio no trânsito no Pará, em 2025, foi de 13,99, menor do que registrou em 2024 (15,00), variação de -1,01, de acordo com a tabela 22.

Referente às RIs, as três maiores taxas de 2025, estiveram na Tapajós (26,19), Rio Capim (23,66) e Lago de Tucuruí (22,78); enquanto Marajó (2,5), Baixo Amazonas (7,91) e Guajará (9,35) lideraram com as mais baixas taxas de homicídios no trânsito.

Na variação, entre 2024 e 2025, a maioria das RIs registraram diminuição nesse tipo de homicídio, com maior retração na RI Araguaia (-7,33) e Tapajós (-4,73). As que sofreram elevação foram Lago de Tucuruí (3,63), Rio Caeté (3,58) e Rio Capim (2,68).

Esta evolução da taxa de homicídios no trânsito também está representada na figura 15 e gráfico 25, localizando as regiões onde ocorreram mais homicídios e as que conseguiram regredir o indicador.

Tabela 22: Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, para o estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2024 e 2025.

ESTADO/RI	2024	2025
Pará	15,00	13,99
Araguaia	28,33	21,00
Baixo Amazonas	10,00	7,91
Carajás	20,44	16,83
Guajará	10,07	9,35
Guamá	19,83	17,88
Lago de Tucuruí	19,15	22,78
Marajó	3,20	2,50
Rio Caeté	12,28	15,86
Rio Capim	20,98	23,66
Tapajós	30,92	26,19
Tocantins	11,74	11,53
Xingu	20,24	18,86

Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 15: Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2024-2025.

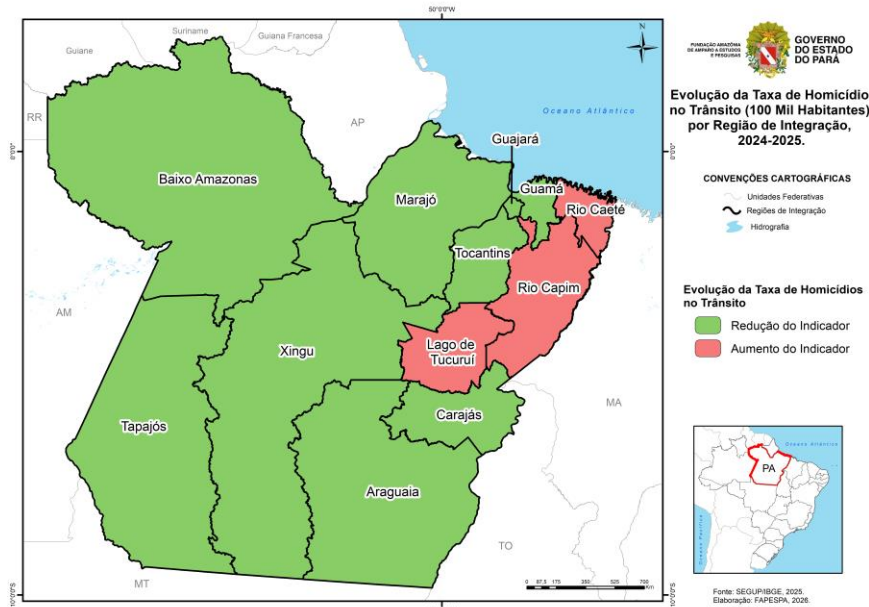
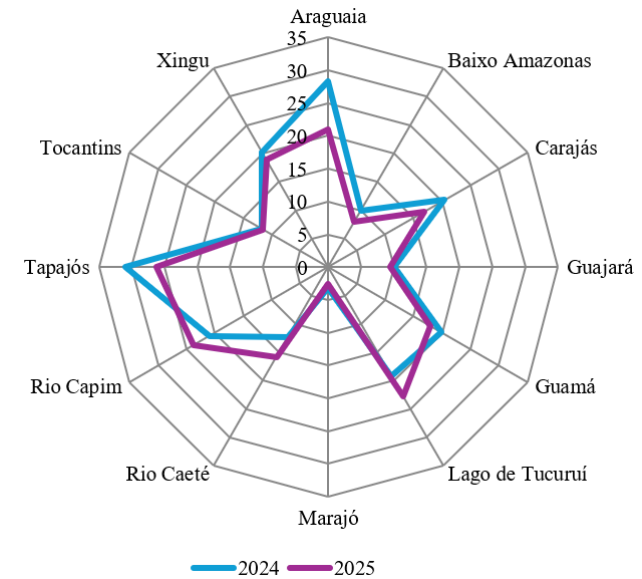


Gráfico 25: Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2024-2025.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS ASSISTIDOS

O percentual de reincidentes no Pará diminuiu de 36,52% (2024) para 31,98% (2025), diferença de – 4,54 p.p.; enquanto os não reincidentes aumentaram na mesma proporção (4,54 p.p.) e chegaram a 68,02% em 2025, conforme a tabela 23.

Na distribuição por RI, para o ano 2025, vê-se maioria de reincidentes na Guamá (48,96%) e Guajará (33,63%); e as menores taxas nas RIs Araguaia (11,17%) e Tapajós (17,23%). Em relação aos não reincidentes, predominaram nas RIs Araguaia (88,83%) e Tapajós (82,77%), enquanto estiveram mais diminutos em Guamá (51,04%) e Guajará (66,37%).

Na comparação entre 2024 e 2025, todas as Regiões de Integração reduziram o percentual de reincidentes e elevaram o de não reincidentes. As maiores reduções no percentual de reincidentes — e, consequentemente, os maiores aumentos no percentual de não reincidentes — foram observadas nas Regiões de Integração Guamá e Rio Caeté.

Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

Estado/RI	% Reincidentes		% Não reincidentes	
	2024	2025	2024	2025
Pará	36,52	31,98	63,48	68,02
Araguaia	11,88	11,17	88,12	88,83
Baixo Amazonas	25,80	21,99	74,20	78,01
Carajás	21,52	20,06	78,48	79,94
Guajará	35,64	33,63	64,36	66,37
Guamá	56,93	48,96	43,07	51,04
Lago de Tucuruí	19,96	17,48	80,04	82,52
Marajó	26,59	22,60	73,41	77,40
Rio Caeté	29,09	23,82	70,91	76,18
Rio Capim	24,88	20,58	75,12	79,42
Tapajós	20,23	17,23	79,77	82,77
Tocantins	34,51	33,33	65,49	66,67
Xingu	22,22	17,67	77,78	82,33

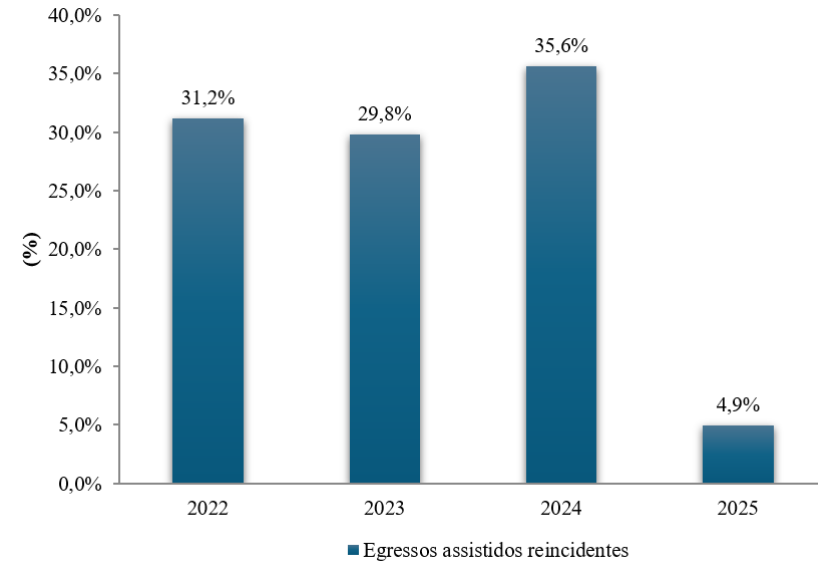
Fonte: SEAP, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A taxa de reincidência de egressos assistidos, correspondente ao percentual de pessoas egressas do sistema penitenciário que receberam atendimento e voltaram a cometer algum crime, retornando ao sistema prisional, foi de 31,2% em 2022. Em 2023, o indicador reduziu para 29,8%, elevou-se para 35,6% em 2024 e apresentou expressiva queda em 2025, quando atingiu 4,9%, o menor percentual da série analisada. Na comparação entre 2022 e 2025, a taxa diminuiu 26,3 p.p., evidenciando redução da reincidência entre os egressos assistidos ao longo do período, apesar da elevação observada em 2024. (Gráfico 26)

Gráfico 26: Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2024-2025.



Fonte: SEAP-CAEF, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 16: Evolução da Taxa de Reincidência de Presos por Região de Integração, 2024-2025.

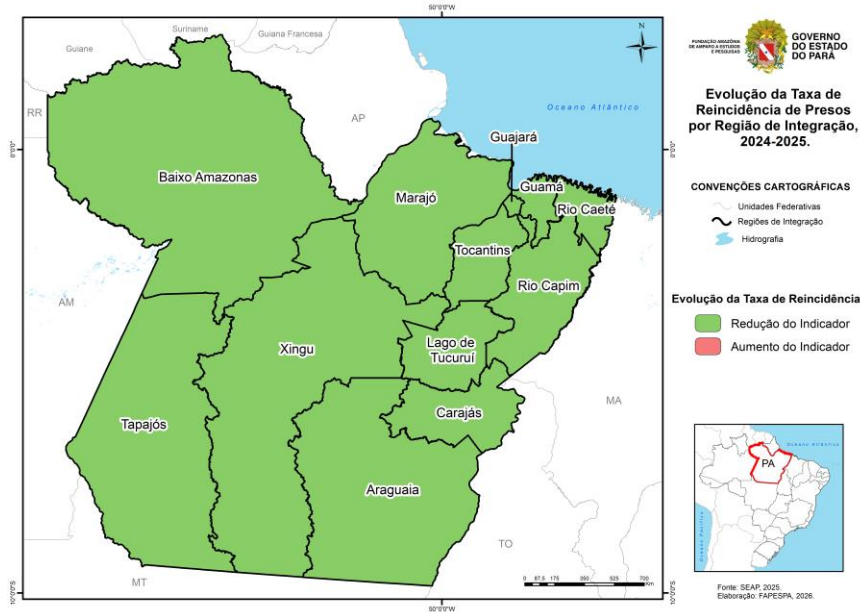
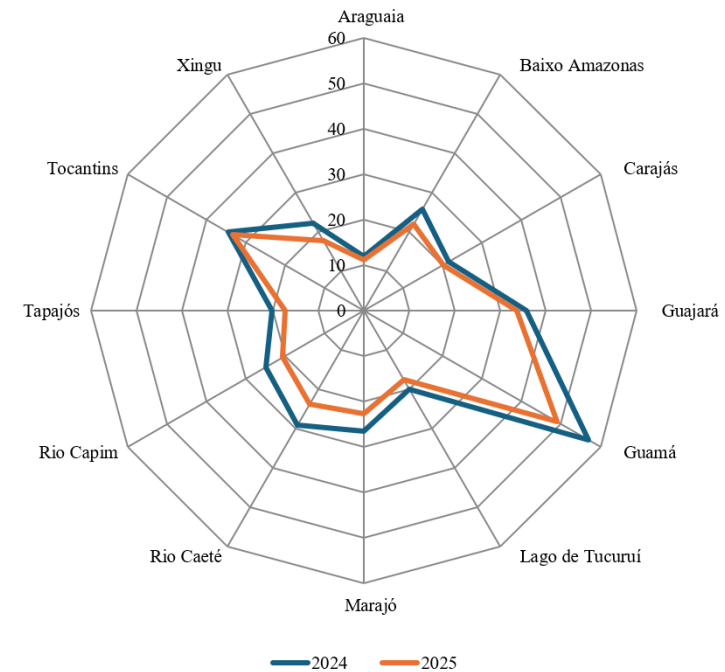


Gráfico 27: Comparação do Percentual de Detentos Reincidentes entre as Regiões de Integração 2024-2025.



Fonte: SEAP-CAEF, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas diz respeito a ações que garantam o exercício de direitos de cidadania e reinserção desse público no meio social, especialmente nos âmbitos educacional e do trabalho.

A taxa de reintegração social desses adolescentes no Pará foi de 37,4%, em 2025, inferior ao registrado em 2024 (46,98%), redução de -9,58 p.p. Dessa forma, pode-se dizer que esse resultado indica diminuição da proporção de adolescentes reintegrados socialmente no período analisado (Tabela 24).

Dentre as RIs, as maiores taxas de 2025 foram observadas em Tapajós (66,67%) e Lago de Tucuruí (62,5%). Enquanto as menores estiveram nas RIs Rio Capim (16,13%) e Baixo Amazonas (28,95%).

Nota-se que a maioria das regiões regrediram na taxa de reintegração social de adolescentes entre os anos destacados, com as maiores quedas registradas em Xingu (-33,28 p.p.) e Rio Capim (-32,35 p.p.). Em contrapartida, apenas quatro regiões elevaram o indicador:

Tapajós (46,67 p.p.), Carajás (29,44 p.p.), Rio Caeté (17,78 p.p.) e Guamá (0,48 p.p.). Essa evolução também pode ser visualizada na figura 17 e gráfico 28.

Tabela 24: Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2024-2025.

Estado/RI	2024	2025
Pará	46,98	37,40
Araguaia	50,00	33,33
Baixo Amazonas	48,98	28,95
Carajás	28,89	58,33
Guajará	48,78	32,18
Guamá	35,00	35,48
Lago de Tucuruí	66,67	62,50
Marajó	62,50	50,00
Rio Caeté	22,22	40,00
Rio Capim	48,48	16,13
Tapajós	20,00	66,67
Tocantins	42,86	35,29
Xingu	64,71	31,43

Fonte: FASEPA, 2026.
Elaboração: FAPESPA, 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 17: Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2024-2025.

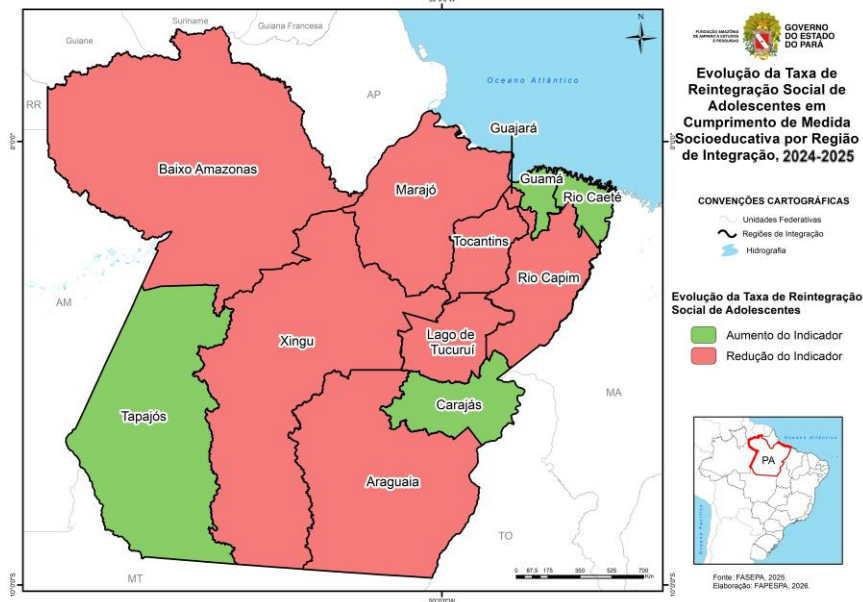
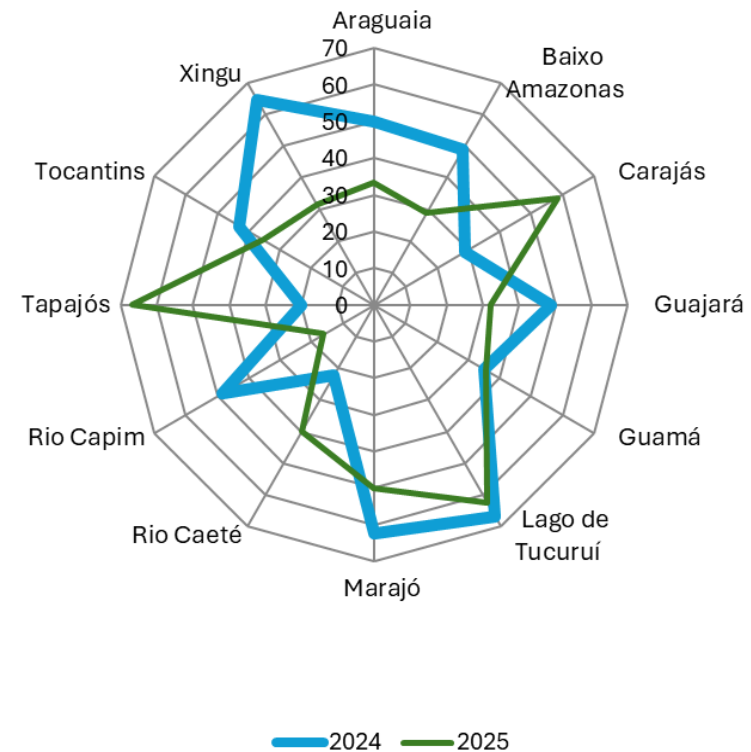


Gráfico 28: Comparação taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por Região de Integração do Estado do Pará, 2024-2025.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Segurança pública

Para a área de segurança pública foram realizadas ações conjuntas visando a diminuição da criminalidade, especialmente os crimes letais. De acordo com a SEPLAD (2026), em 2025, houve redução de 55% no índice de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) em comparação ao ano de 2018.

Em 2025 foram entregues 11 novas Usinas da Paz, que contribuiu para atividades às famílias de baixa renda e para uma cultura da paz em territórios mais vulneráveis.

A instalação de novos 50 totens para videomonitoramento de segurança alcançou 24 municípios. As câmeras com inteligência fazem reconhecimento facial, de placas veiculares e georreferenciamento, o que diminui o tempo de resposta às ocorrências.

Acerca da infraestrutura para o policiamento, cita-se as instalações da 29ª Companhia Independente da Polícia Militar em Óbidos; 46º Batalhão de Polícia Militar em Novo Progresso; 4ª Companhia Independente de Missões Especiais, em Altamira, voltado para operações de alta complexidade; 26ª Companhia Independente da Polícia, em Alenquer; e o

Novo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), em construção.

Para fins de reintegração ao convívio social, egressos e seus familiares foram encaminhados para qualificação profissional, regularização documental, assistência jurídica e outros serviços, somando 2.139 atendimentos em 2025.

Os atendimentos socioeducativos realizaram-se em 15 unidades, para 703 adolescentes em cumprimento de medidas, incluindo internação, internação provisória, semiliberdade, meio aberto e acompanhamento pós-medida. As formações iniciais e continuadas profissionalizantes capacitou 901 socioeducandos, 60,71% a mais do que o ano de 2024, bem como os inseriu em atividades laborais remuneradas como aprendizes ou bolsistas.

Quanto aos serviços para o trânsito, foram inauguradas novas Ciretrans em Santarém, Marituba e Ulianópolis. Acerca de atividades de prevenção pode-se citar: 819 campanhas educativas de prevenção a acidentes distribuídas em todas as RIs; cursos de formação e atualização para mototaxistas e moto frentistas; e cursos de formação de professores multiplicadores.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

REFERÊNCIAS

PARÁ. Governador/Helder Zabluth Barbalho. Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa: Ano 2026. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 2026. Disponível em:. Acesso em: 17 de jun. 2026.

PARÁ. Governador/Helder Zabluth Barbalho. Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa: Ano 2025. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 2025. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/mensagem-2025-final-apresentada-a-alepa.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Diretoria de Planejamento. Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do Estado do Pará. Belém: Diretoria de Planejamento, 2023. 3v.:il. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/ANEXO-I.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2026.